



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TURMA CIASC 2023



TÍTULO: PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

ALUNO: JULIO CESAR NOGUEIRA COLARES

ORIENTADOR: PROF. TADEU MORATO MACIEL

NITERÓI, 2023

JULIO CESAR NOGUEIRA COLARES

PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para a obtenção do título de MBA em Relações Internacionais.

NITERÓI, 2023

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: Participação da China nas Operações de Paz da ONU

Aluno: Julio Cesar Nogueira Colares

Avaliadores

Avaliador 01: Profa. Dra. Raquel Missagia (leitora)



Avaliador 02: Prof. Dr. Tadeu Morato Maciel (orientador)

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	10,0
Nota 2	10,0
Total	10,0

À Deus por toda a saúde que me proporcionou;
À minha família, pelo suporte fornecido durante a
confeção desse trabalho; e
Ao meu orientador Prof. Tadeu por toda a
excelente e fundamental ajuda na confecção desse
trabalho.

RESUMO

Em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada após a Segunda Guerra Mundial para promover a paz global e substituir a Liga das Nações. A ONU utilizou várias estratégias, incluindo operações de paz, para manter a estabilidade internacional ao longo dos anos. A evolução da atuação da ONU foi categorizada em diferentes "gerações" para entender as mudanças nas abordagens ao longo do tempo. A ascensão da República Popular da China (RPC) em 1949 desempenhou um papel crucial nesse período de transições intensas no cenário geopolítico global. Representando uma ruptura decisiva em relação ao passado de subordinação às potências ocidentais e ao domínio imperialista, a proclamação da RPC marcou uma virada significativa na história da China. O país passou por transformações econômicas, políticas e sociais notáveis, tornando-se uma das maiores economias mundiais e um ator-chave nas relações internacionais. Isso influenciou as atividades da China na ONU. A China, como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, desempenha um papel fundamental na formulação de políticas internacionais e na manutenção da paz global. Sua abordagem única de envolvimento ativo em missões de paz, com o envio consistente de tropas e recursos, aponta para uma estratégia singular de participação, indicando a busca de seus próprios interesses, especialmente no cenário internacional. A China participa atualmente em nove missões de paz ao redor do mundo e tem aumentado consistentemente suas contribuições. Suas mudanças de comportamento ao longo do tempo refletem adaptações às dinâmicas globais em evolução. Isso levanta questões sobre sua estratégia de participação única e como a China planeja moldar o cenário global, à medida que continua a crescer como uma superpotência econômica. A relação entre a ascensão da China e a ONU reflete a complexidade das relações internacionais no século XXI e como as mudanças no cenário global afetam a organização.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas; Operações de Paz; China; Comportamento.

ABSTRACT

In 1945, the United Nations (UN) was created after World War II to promote global peace and replace the League of Nations. The UN employed various strategies, including peacekeeping operations, to maintain international stability over the years. The evolution of UN engagement has been categorized into different "generations" to understand changes in approaches over time. The rise of the People's Republic of China (PRC) in 1949 played a crucial role in this period of intense transitions in the global geopolitical landscape. Representing a decisive break from its past subordination to Western powers and imperial dominance, the proclamation of the PRC marked a significant turning point in China's history. The country underwent notable economic, political, and social transformations, becoming one of the world's largest economies and a key player in international relations. This influenced China's activities within the UN. China, as a permanent member of the UN Security Council, plays a fundamental role in shaping international policies and maintaining global peace. Its unique approach of active engagement in peace missions, consistently sending troops and resources, points to a distinct participation strategy, indicating the pursuit of its own interests, particularly on the international stage. China currently participates in nine peace missions around the world and has consistently increased its contributions. Its behavioral changes over time reflect adaptations to evolving global dynamics. This raises questions about its unique participation strategy and how China plans to shape the global landscape as it continues to grow as an economic superpower. The relationship between China's rise and the UN reflects the complexity of international relations in the 21st century and how changes in the global landscape affect the organization.

Keywords: United Nations; Peacekeeping Operations; China; Behavior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB chinês de 1961 a 1978	31
Gráfico 2 - Taxa de crescimento do PIB chinês de 1979 a 2000	31
Gráfico 3 - Taxa de crescimento do PIB chinês de 2001 a 2021	33

TABELAS

Tabela 1- Quantitativo de pessoal utilizado em missões da ONU por país	55
Tabela 2- Histórico das Operações de Paz que a China está empregada atualmente	59

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 01 - Operações de Paz	11
1.1 Histórico da ONU e as Operações de Paz	11
1.2 Tipos de Operações de Paz	13
1.3 Atuação da ONU através das Operações de Paz	17
Capítulo 02 - Ascensão da China e sua relação com a ONU	25
2.1 Abertura política Chinesa no século XX	25
2.2 Ascensão da Economia Chinesa	29
2.3 China nas relações internacionais	36
Capítulo 03 - China e as Operações de Paz	40
Conclusão	63
Referências bibliográficas	64

INTRODUÇÃO

Em 1945, imediatamente após o término da Segunda Guerra Mundial, foi estabelecida a Organização das Nações Unidas (ONU) como uma resposta à necessidade premente de criar uma estrutura mais eficaz para promover a paz e a cooperação global. Essencialmente, desde sua criação, a ONU tem se adaptado às complexidades em constante mudança do cenário global, evoluindo suas abordagens e métodos para promover a paz e a segurança internacionais. O período de criação da ONU foi marcado por intensas transições no cenário geopolítico mundial, e a ascensão da República Popular da China em 1949 desempenhou um papel fundamental nesse contexto. A partir desse momento, a China adotou uma postura cada vez mais assertiva em sua busca por fortalecer sua soberania e independência. O país passou por transformações econômicas, políticas e sociais significativas, tornando-se uma das maiores economias do mundo e um ator chave nas relações internacionais. À medida que o país asiático se consolidou como uma potência econômica e militar de destaque, sua relação com a ONU assumiu uma importância crítica. A China ocupa um dos cobiçados assentos como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, embora sua participação nesse organismo seja notavelmente singular em relação aos outros membros permanentes.

Nesse contexto, o principal objetivo deste estudo é investigar a evolução da abordagem chinesa em relação às operações de paz, destacando a transformação que ocorreu ao longo do tempo em sua postura. Além disso, busca-se compreender a forma como a China se insere atualmente no cenário geopolítico mundial, fazendo uso das operações de paz como uma ferramenta estratégica.

Para atingir esse objetivo, analisa-se em profundidade o período de transição da atuação chinesa em operações de paz que se inicia no século XX, identificando os principais marcos e mudanças de estratégia ao longo de sua trajetória. Isso inclui examinar como a China passou de uma postura mais reservada e não envolvida para uma participação ativa nas operações de paz da ONU.

Além disso, é crucial investigar o papel atual da China no cenário geopolítico global, especialmente em relação ao seu uso das operações de paz como instrumento de influência e diplomacia. Isso implica em analisar como a China utiliza sua presença em missões de paz para alcançar seus objetivos estratégicos, como a proteção de interesses econômicos e a construção de uma reputação positiva no âmbito internacional.

Portanto, este estudo se propõe a traçar um panorama abrangente da evolução da participação chinesa em operações de paz, bem como a compreender o impacto dessa participação nas dinâmicas geopolíticas globais atuais. Ao fazer isso, busca-se fornecer uma visão mais clara das estratégias da China no contexto das operações de paz da ONU e seu papel em um mundo em constante mudança.

Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória, utilizando-se livros, artigos científicos e documentos oficiais expedidos pela ONU. Além disso, foram utilizados dados estatísticos fornecidos pelo Banco Mundial de modo que se pudesse analisar comparativamente o crescimento econômico chinês anualmente durante os séculos XX e XXI a fim de entender o panorama político e econômico em que estava inserida a China.

Dessa forma, o primeiro capítulo teve como intuito fornecer ao leitor um contexto abrangente sobre a criação da ONU, delineando seus principais objetivos e o ambiente internacional em que foi estabelecida. Além disso, procurou-se esclarecer os diversos tipos de operações de paz que ao longo da história foram utilizados, as diferentes gerações dessas operações e como a ONU, por meio dessa ferramenta, se posiciona globalmente para resolver conflitos.

O segundo capítulo concentrou-se na análise do impacto da proclamação da República Popular da China, marcando um ponto crucial em sua história, tanto em termos políticos quanto econômicos. Também teve como propósito examinar a relação entre a ascensão da China e a ONU, servindo como um notável exemplo de como os acontecimentos e as mudanças no cenário internacional influenciaram a evolução da organização ao longo do tempo.

Por fim, o terceiro e último capítulo buscou investigar os fundamentos subjacentes ao comportamento singular da China em relação às operações de paz. Procurou esclarecer os fatores que podem justificar essa estratégia de participação única, indicando que a China está em busca de proteger seus próprios interesses, especialmente no que diz respeito à sua inserção no cenário internacional. Além disso, almejou-se expor a atual situação de envolvimento e cooperação da China em operações de paz, bem como destacar como esse perfil difere ou se assemelha aos perfis de outros países. O objetivo final foi apontar as possíveis motivações e razões que podem explicar tal comportamento.

CAPÍTULO 1 - OPERAÇÕES DE PAZ

1.1) Histórico da ONU e as Operações de Paz

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorreu no ano de 1945, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. “A problemática do recurso à força nas relações internacionais conheceu um ponto de viragem: a dimensão das atrocidades praticadas durante o conflito levou a que os Estados encetassem esforços no sentido de não mais permitir tais acontecimentos” (Gomes, 2019, p. 30). A ideia de uma organização internacional que substituísse a Liga das Nações ganhou força durante a própria guerra, quando líderes das nações aliadas perceberam a necessidade de uma estrutura mais eficiente para promover a paz e a cooperação global, como aponta Faganello (2013) na seguinte passagem:

Frente às massivas violações de direitos humanos perpetradas contra a parcela “não eleita” do povo alemão, por meio de torturas, trabalhos forçados, prisões injustificadas, assassinatos em massa e o envio de milhares de pessoas para campos de concentração, tais direitos mostraram-se frágeis. Foi então que, ao final da guerra, em 1945, a comunidade internacional foi brindada com a edição da Carta das Nações Unidas que, além de dispor sobre matéria de segurança internacional, estabelecia como um dos propósitos da “família de nações” que se formava a proteção e a promoção dos direitos humanos. (Faganello, 2013, p. 24).

A Carta das Nações Unidas, que a autora cita em sua passagem, foi assinada em 26 de junho e a ONU foi oficialmente estabelecida em 24 de outubro de 1945, quando a maioria dos países signatários ratificou o documento. A Carta das Nações Unidas, documento basilar da instituição, delineou os propósitos e princípios da organização, bem como sua estrutura e funcionamento, conforme relata Gomes (2019). Ressalta-se que a referida Carta das Nações Unidas também servia como base para seus vários fundamentos de orientação de suas operações e esforços de manutenção da paz em todo o mundo. Desde então a ONU assumiu um papel de protagonismo, sendo o sistema ONU o principal conjunto de instituições internacionais que, com maior ou menor eficiência, dependendo do caso, busca promover a paz, a estabilidade e o progresso global.

Gomes (2019) aponta ainda que a ONU veio instituir o princípio da regulação do recurso à força nas relações internacionais, consagrado no Art. 2.º/4 da Carta das Nações Unidas (CNU), e que os Estados testemunharam a perda de sua tradicional

liberdade de empreender guerras e passaram a ser participantes integrados em um sistema de segurança coletiva. Assim, prevalece um modelo que prioriza o uso de meios pacíficos para resolver conflitos. “Se, no passado, os Estados podiam dispor unilateralmente da força, no atual Direito Internacional encontram-se estes submetidos a um regime de atuação coletiva, meio de garantia da ordem internacional e dos valores primordiais da paz e da segurança” (Gomes, 2013, p. 30). Nesse sentido, o uso da força estaria sujeito à autoridade exclusiva do Conselho de Segurança da ONU, que, de forma centralizada, determina quando ela pode ser empregada em nível internacional, seguindo as disposições da Carta das Nações Unidas em seu sétimo capítulo.

A ONU tem desempenhado um papel fundamental em questões de segurança internacional, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, ajuda humanitária e outras áreas de cooperação entre as nações, aponta Faganello (2013). A autora destaca ainda que a manutenção da paz e segurança internacional seriam os principais propósitos das Nações Unidas e que tais premissas estão apontadas em seu próprio Artigo 1º da Carta da ONU e que, para isso, devem “tomar coletivamente medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou qualquer outra ruptura da paz” (Faganello, 2013). Assim, aponta ainda, que para o cumprimento de tal propósito a organização utiliza as seguintes operações de promoção da paz: prevenção de conflitos, *peacemaking*, *peacekeeping*, *peacebuilding* e *peace enforcement*.

As operações de paz tem sido um instrumento de atuação das Nações Unidas (ONU) mobilizado praticamente desde a criação dessa organização, em 1945. As duas primeiras operações foram implementadas ainda no final da década de 1940: a Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO), no Oriente Médio, a partir de 1948, e o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP), na Caxemira, a partir de 1949 (Kenkel, 2013). Todavia, não há uma referência explícita à expressão “operações de paz” na Carta das Nações Unidas. Não por acaso, Dag Hammarskjöld, o segundo Secretário-Geral da ONU, afirmou que essas operações pertenceriam ao “Capítulo VI e meio”, ou seja, mesclando aspectos tradicionais de solução pacífica de controvérsias, como a mediação (Capítulo VI), e ações impositivas, associadas ao uso da força, como embargos e intervenções militares (Capítulo VII) (United Nations, 2008).

O principal objetivo dessas ações é preservar a paz e a segurança em nível internacional. As operações de paz da ONU podem assumir várias formas, desde o monitoramento de acordos multilaterais de cessar fogos até a implementação de

medidas para desarmar grupos rebeldes. Elas também envolvem a presença de tropas e observadores militares, bem como a coordenação de esforços com organizações humanitárias e agências de desenvolvimento para atender às necessidades emergenciais das populações afetadas e medidas diplomáticas preventivas de menores proporções.

Desde essas primeiras mobilizações, as operações de paz ganharam novos contornos para se adaptarem às demandas próprias de conflitos muito diferentes entre si, em um cenário internacional em rápida e constante mutação (Gama, 2005). No período da Guerra Fria, por exemplo, houve um número limitado de operações, justamente devido à lógica bipolar vigente naquele momento. Tendo em vista a necessidade de aprovação dessas operações pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), não era rara a situação em que as intervenções sob interesses dos EUA fossem barradas pela URSS, e vice-versa.

Após o término da Guerra Fria e a liberação do Conselho de Segurança das Nações Unidas para tomar decisões com mais autonomia, as operações de implementação e manutenção da paz começaram a ser realizadas com maior regularidade. Com a diminuição das tensões entre as superpotências após a Guerra Fria, o CSNU pôde agir com maior flexibilidade na resolução de conflitos e crises em diferentes regiões do mundo, aumentando a quantidade de missões de operação de paz a partir do final do século XX.

1.2) Tipos de Operações de Paz

A ONU utiliza amplamente abordagens de prevenção de conflitos como instrumentos de fomentação da paz. Faganello (2013) afirma que o uso eficiente e desejável da diplomacia é o que envolve a aplicação de medidas diplomáticas no intuito de evitar que disputas intraestatais e interestatais evoluam para um conflito violento e, também, o que permite uma ação rápida no caso de estes já haverem eclodido, solucionando suas causas subjacentes. A diplomacia, assim, abrangeria uma série de ações preventivas e preditivas para se evitar a evolução de conflitos. Outra medida relevante, ainda segundo a autora, é o desdobramento preventivo de missões da ONU, cuja finalidade é mudar a tradição de se estabelecer a presença da Organização no território somente após o conflito ter eclodido, buscando, assim, controlar a situação antes que evolua para um conflito violento. Ela enfatiza ainda que os instrumentos para a promoção da paz não são aplicados de maneira linear ou sequencial e que a prática

tem demonstrado que esses instrumentos tendem a se complementar e, por essa razão, é crucial utilizá-los de forma conjunta. Caso contrário, o resultado na resolução das causas do conflito pode ser insatisfatório. Isso leva à conclusão de que os limites entre esses instrumentos são flexíveis e permeáveis, permitindo que se interliguem e se reforcem mutuamente, em busca de soluções mais efetivas para promover a paz e a estabilidade, de acordo com Faganello (2013).

Dentro desse contexto de atividades de prevenção de conflitos e manutenção da paz, destacam-se as tarefas de *peacemaking*. Geralmente conduzidas com base em um mandato autorizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou por outras organizações regionais, como aponta Faganello (2013), as *peacemaking operations* referem-se às atividades conduzidas por organizações internacionais ou coalizões de países com o objetivo de estabelecer ou restabelecer a paz em uma determinada região ou conflito. Esse instrumento tem como objetivo resolver conflitos em curso por meio de ações diplomáticas e de mediação e seu objetivo seria trazer as partes hostis a uma composição que resulte num acordo de paz ou num cessar-fogo (Faganello, 2013). O objetivo final seria ajudar a estabelecer as bases para uma paz duradoura e sustentável, promovendo a segurança, a justiça e o desenvolvimento nas áreas afetadas pelo conflito. Como aponta Faganello (2013):

Entre as tarefas de prevenção de conflitos e as de manutenção da paz, encontram-se as tarefas de *peacemaking*. Esse instrumento busca solucionar conflitos em andamento por intermédio de ações diplomáticas. Seu objetivo é trazer as partes hostis a uma composição que resulte num acordo de paz ou num cessar-fogo. Para tanto, o Secretário-Geral, por iniciativa própria ou pela requisição do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral, poderá contribuir para a composição por meio de seus “bons ofícios”. As Nações Unidas, por sua vez, poderão dispor dos mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstas no capítulo VI da Carta da ONU. (Faganello, 2013, p. 45).

Entre as medidas de *peacemaking* mencionadas na Agenda para a Paz da ONU (1992), vale mencionar: negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial e recurso a organismos ou acordos regionais. Todavia, a própria Agenda para a Paz é considerada um documento que inaugura novas dinâmicas para as operações de paz no pós-Guerra Fria, visto que no decorrer da década de 1990 a atividade de *peacemaking* passaria cada vez mais a englobar “tanto a realização de acordos entre as partes em conflito por intermédio de meios pacíficos, em consonância com o Capítulo VI da Carta da ONU, quanto envolveria o estabelecimento de ‘unidades

de imposição da paz' (*peace-enforcement units*), associadas ao uso da força militar, sob a cobertura do Capítulo VII" (Maciel, 2018, p. 66).

Outra ferramenta empregada pelas Nações Unidas e outros atores internacionais para garantir a paz e segurança internacionais são as operações de *peacekeeping*. Em função, portanto, de ser a manutenção da paz a sua tarefa primordial, torna-se essencial para o desdobramento de uma operação de manutenção da paz um esforço anterior de *peacemaking* que tenha permitido às partes alcançar um cessar-fogo ou um acordo de paz (Faganello, 2013). Ainda em 1956, o estabelecimento do Comitê Especial para Operações de Manutenção da Paz, pela Assembleia Geral da ONU, contribuiu para a formalização do termo "*peacekeeping*", o que demonstra a origem antiga da aceitação dessas operações pela comunidade internacional. Contudo, ao longo dos anos diferentes níveis de consentimento das partes em conflito trouxeram importantes dificuldades para a ideia de imparcialidade defendida pela ONU (Bellamy; Williams; Griffin, 2010).

A Agenda para a Paz (1992) estabelece que as operações de *peacekeeping* são a implantação de uma presença das Nações Unidas no campo, com o consentimento de todas as partes envolvidas, envolvendo normalmente pessoal militar e/ou policial das Nações Unidas e frequentemente civis também. A *peacekeeping* é um instrumento que amplia as possibilidades tanto para a prevenção de conflitos quanto para a construção da paz. Contudo, a pressão para que a ONU atuasse em mais cenários de instabilidade interna após a Guerra Fria à colocou diante do dilema de atender de forma mais efetiva às múltiplas demandas humanitárias, o que poderia exigir uma postura parcial e coercitiva. Assim, o humanitarismo onusiano deixava mais tênue a fronteira entre uma operação de *peacekeeping* e as missões explicitamente coercitivas, baseadas no Capítulo VII da Carta da ONU (Maciel, 2018). Não por acaso, no parágrafo 20 da Agenda para a Paz, Boutros-Ghali definia as operações de *peacekeeping* como a "presença das Nações Unidas em campo, **até então** com o consentimento de todas as partes envolvidas" (United Nations, 1992, grifos nossos).

Faganello (2013) relata ainda que o CSNU emprega uma abordagem flexível quando se trata de operações de manutenção da paz, o que dificulta a formulação de uma definição ou categorização simplificada. Tal tendência pode criar cada vez mais dilemas para três características que seriam fundamentais dessas iniciativas, conhecidas como os princípios básicos da manutenção da paz: consentimento, imparcialidade e o uso mínimo da força. Esses princípios seriam essenciais para o sucesso e eficácia das

missões de paz, permitindo que a ONU atuasse de maneira colaborativa e respeitando a soberania das partes envolvidas, mas passaram a ser cada vez mais relativizados desde a década de 1990.

Além das operações de *peacemaking*, e *peacekeeping*, a ONU ainda utiliza das operações de construção da paz (*peacebuilding operations*) como uma outra ferramenta essencial para promover e assegurar a paz. Essas operações tornaram-se mais ativas em períodos recentes, visando à redução da possibilidade de novos conflitos e o fortalecimento das capacidades nacionais para manter a paz internamente. Segundo Faganello (2013), as operações de construção da paz visam abordar as causas fundamentais dos conflitos, fomentar a reconciliação entre as partes em conflito, desenvolver instituições governamentais sólidas e promover o desenvolvimento socioeconômico em áreas afetadas pela violência. Através dessas ações integradas, busca-se criar condições propícias para uma paz sustentável e duradoura em países que enfrentaram conflitos armados. Como aponta ainda a autora, existe um grau de complexidade nesses tipos de operação devido ao processo complexo e de longo prazo que a criação de um ambiente de paz duradouro demanda. Seria necessário, para a perpetuação de um ambiente de paz estável, trabalhar o conflito em suas origens e nas condições sociais e econômicas que desencadeariam tais problemáticas.

Além disso, Faganello (2013) cita ainda que para alcançar uma paz autossustentável e duradoura são identificadas quatro atividades essenciais. A primeira delas é a necessidade de restabelecer a capacidade do Estado em manter a ordem pública e a segurança. Além disso, é fundamental fortalecer o Estado de Direito e garantir o respeito aos direitos humanos. Outro ponto crucial é apoiar a reestruturação de instituições políticas legítimas e promover um processo eleitoral participativo, envolvendo a população. Por fim, é destacada a importância de promover a recuperação econômica e social, visando a reconstrução das áreas afetadas pelo conflito. Ao abordar essas atividades de forma integrada, busca-se criar as bases para uma paz duradoura e o desenvolvimento sustentável em regiões afetadas por conflitos. Por fim, Faganello (2013, p. 48) conclui que “o momento adequado para o desdobramento do *peacebuilding* é o que sucede ao *peacekeeping*, isto é, o momento em que a paz tornou-se uma realidade (pós-conflito) no contexto intraestatal”.

Por outro lado, Richmond (2004) entende que as operações de *peacebuilding*, ao contrário da gestão dos conflitos e do estabelecimento de uma solução negociada entre as partes conflitantes que caracterizaria as operações de *peacekeeping*, estariam mais

atentas aos detalhes que caracterizam o conflito, o que incluiria o uso da força, se necessário, para o estabelecimento das condições para uma paz mais duradoura (Richmond, 2004). Não por acaso, Hamann e Kenkel (2013, p. 11) destacam que é nesse tipo de operação que as tarefas policiais ganham um papel ativo e central, envolvendo “ir além de treinamento e reestruturação, para se engajar no policiamento executivo e na plena provisão, pelas Nações Unidas, de aspectos relacionados com o *rule of law* (estado de direito) que os Estados fragilizados não têm capacidade de assegurar”.

Assim, os tipos de operações de paz já citadas estariam correlacionados da seguinte forma:

Nessas operações, o emprego de um instrumento da paz é pré-requisito para o sucesso do outro. Os *peacemakers*, por exemplo, são responsáveis pelo acordo de paz necessário para a missão dos *peacekeepers* manter um ambiente seguro, o qual é ponto de partida para os esforços dos *peacebuilders* em estabelecer um ambiente pacífico autossustentável e duradouro. (Faganello, 2013, p. 49).

A ferramenta que a ONU dispõe para intervir em nações em que não há o consentimento do Estado objeto da intervenção é o acionamento das operações de *peace enforcement*. As operações de imposição da paz (*peace enforcement*) são tipicamente ancoradas no capítulo VII da Carta da ONU, sendo caracterizadas pela maior permissividade quanto ao uso da força para a imposição dos objetivos almejados pela missão (Hamann; Kenkel, 2013). No caso, existe a autorização do Conselho de Segurança, mas não há um consentimento da nação para a aplicação das medidas coercitivas e militares para a criação de um ambiente de paz. Como aponta Faganello (2013), ao contrário das operações de paz tradicionais, que se concentram principalmente na manutenção do cessar-fogo e na observação de acordos de paz, as operações de *peace enforcement* têm um mandato mais robusto e permitem o uso da força militar para proteger civis, fazer cumprir o cumprimento das resoluções internacionais e desarmar grupos armados que representem uma ameaça à paz e à segurança. As operações de *peace enforcement* geralmente são realizadas em situações em que as partes envolvidas no conflito não conseguiram ou não estão dispostas a alcançar um acordo pacífico. Essas operações podem envolver o envio de tropas internacionais para impor a paz, estabelecer zonas de exclusão aérea, realizar operações de busca e apreensão de armas, proteger áreas seguras para a população civil e fornecer assistência humanitária.

1.3) Atuação da ONU através das Operações de Paz

Na análise da prática de mobilização das operações de paz como forma de gerir conflitos nas relações internacionais, Kenkel (2013) faz uma divisão em “gerações” subsequentes, embora o autor relate que não haja um consenso efetivo sobre a delimitação precisa dessas gerações.¹ Essa abordagem classificatória tem sido utilizada para entender a evolução histórica das operações de paz e examinar as mudanças significativas em suas estratégias, táticas e objetivos ao longo do tempo. O autor relata ainda os três fatores que em geral dividem essas gerações:

As gerações são divididas com base em três fatores principais: o nível de força utilizado pelo pilar militar das operações; o tipo e a profundidade das tarefas conduzidas pelo pilar civil; e, no caso da última geração, o aumento da divisão de tarefas da ONU com organizações regionais. De maneira geral, à medida que avançaram pelas gerações, as operações de paz da ONU evoluíram de uma postura reativa, que busca congelar ou mitigar o conflito, para uma postura proativa que visa influenciar seu resultado. (Kenkel, 2013, p. 2).

A primeira geração das operações de paz, que tiveram seu ápice na Guerra Fria no período, de 1948 a 1987, compreende as chamadas operações de *peacemaking* tradicionais, segundo Kenkel (2013). O autor relata ainda que tais operações de paz têm suas raízes no legado dos mecanismos de resolução de conflitos deixados pela Liga das Nações. Nessa abordagem, as operações buscavam preservar a paz em áreas afetadas por conflitos armados, muitas vezes atuando como forças intermediárias para reduzir o contato entre as partes beligerantes e evitar escaladas violentas. As operações tradicionais representaram os primeiros esforços de uma organização internacional, compostas por tropas de seus Estados membros e lideradas diretamente pela própria organização, que são implantadas em uma região ainda instável para reforçar o cumprimento de acordos de cessar-fogo, entre outros objetivos (Maidana, 2011).

Thakur e Schnabel (2002, p. 10) apontam alguns elementos que consideram como centrais nas operações de paz de primeira geração, tais como: i) consentimento e cooperação das partes em conflito, incluindo expressa permissão para implementação da operação de paz; ii) apoio internacional, especialmente com a autorização do Conselho de Segurança; iii) comando e controle da missão por parte da ONU; iv) composição

¹ Por exemplo, Bellamy, Williams e Griffin, no livro *Understanding Peacekeeping* (2010), adotam a perspectiva das gerações de operações de paz, mas as descrevem com algumas distinções em relação à proposta de Kenkel (2013).

multinacional das tropas (capacetes azuis); v) uso restrito ou ausência de emprego da força; vi) tentativa de neutralidade e imparcialidade da atuação da missão.

Essas missões são notavelmente mais simples em comparação com as gerações subsequentes, uma vez que seu propósito principal era estabelecer uma presença internacional em áreas de conflito. O foco principal dessas operações era oferecer monitoramento e apoio para manter a estabilidade e evitar a retomada das hostilidades na região. Kenkel (2013) aborda as primeiras atuações da ONU da seguinte forma:

As duas primeiras missões desse tipo - a Organização de Supervisão de Tréguas das Nações Unidas, implantada no Oriente Médio e fundada em 1948, e o Grupo de Monitoramento e Observação das Nações Unidas na Índia e no Paquistão, ativo na Caxemira desde 1949 - ainda estão ativas hoje, assim como a Força da ONU para Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), implantada após a divisão da ilha em 1964. A primeira instância de inovação revolucionária ocorreu em 1956 com o envio da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) para o Canal de Suez. Nessa ocasião, em vez de pequenas equipes de observadores desarmados, as Nações Unidas enviaram um contingente totalmente armado - embora atuando sob os mais rigorosos limites quanto ao uso da força - para supervisionar a retirada de tropas estrangeiras do território do país anfitrião em uma situação de conflito. (Kenkel, 2013, p. 3).

Apesar do envio de contingente armado na questão pontual do Canal do Suez, a prática das Nações Unidas continuou fortemente ancorada numa noção de persuasão, conforme aponta Kenkel (2013). Existia a crença de que as partes envolvidas no conflito iriam se adequar e adotariam comportamentos pacíficos simplesmente pela presença da ONU, um conceito enraizado na busca pela resolução de problemas de maneira pacífica. No entanto, como ressalta o autor, as forças da ONU sempre enfrentaram desafios relacionados aos diferentes níveis de consentimento das partes envolvidas, o que resultou em sucessos variados na busca pela verdadeira imparcialidade. A adoção de uma postura imparcial e neutra em conflitos complexos muitas vezes se mostrou uma tarefa desafiadora, dada a diversidade de atores, interesses e dinâmicas presentes nas situações de conflito em que a ONU intervém. Essa busca pela imparcialidade e efetivação do mandato muitas vezes exige habilidades diplomáticas e de mediação apuradas, bem como a capacidade de responder a mudanças e desafios imprevistos durante a missão de paz.

Entretanto, frente a esse cenário de busca de resolução de conflitos e imparcialidade, as operações de manutenção da paz de primeira geração foram acusadas de congelar conflitos e fornecer um desestímulo para sua resolução final, e é nesse contexto, como aponta Kenkel (2013), que a expansão dos esforços da ONU para a

segunda geração foi efetuada. Ela se deu como uma tentativa de criar condições que estimulassem a resolução de um conflito e, posteriormente, inibissem uma recaída por meio da resolução das causas subjacentes. Assim, após o término da Guerra Fria, houve um aumento na demanda por intervenções de paz, à medida que conflitos anteriormente sustentados pelas superpotências foram acesos e novas situações de transição política e guerras civis destrutivas surgiram, demandando a assistência da comunidade internacional (Kenkel, 2013).

Essas transformações refletiram a emergência de uma nova dinâmica de conflitos, caracterizada por um aumento nos confrontos internos em detrimento dos conflitos interestatais, e isso criou um cenário internacional desafiador. As mudanças no cenário internacional no imediato pós-Guerra Fria permitiram alterações profundas na natureza e extensão das operações de paz. Nesse período, houve o crescimento dos debates e ações acerca da concepção de segurança internacional, a qual não estaria tão restrita a fatores militares e ao equilíbrio de poder que marcava a bipolaridade na Guerra Fria, cedendo lugar para:

atuações mais atentas em relação às novas ameaças à governança global, tais como os terrorismos, os tráficos diversos, os conflitos internos e transterritoriais, a pobreza extrema, as epidemias em larga escala, os deslocamentos massivos de populações, as violações dos direitos humanos e a degradação do meio ambiente. (Maciel, 2018, p. 65).

Conseqüentemente, as operações de paz foram enviadas para contextos cada vez mais complexos e perigosos, com resultados esperados mais ambiciosos e maior envolvimento com o objetivo de não apenas “congelar” conflitos, mas em auxiliar a transição para a paz. Assim, as operações de segunda geração, segundo Kenkel (2013), teriam como características:

Missões de segunda geração ocorrem em um contexto de violência contínua; em um contexto de "novas guerras"; assumem novas tarefas civis; precisam interagir com um número crescente de atores humanitários em emergências complexas; frequentemente experimentam mudanças graduais em seus mandatos; e enfrentam uma lacuna considerável entre seus meios e objetivos. (Kenkel, 2013, p. 05).

Pode-se citar o Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas (UNTAG) na Namíbia, a Operação das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ) e o Grupo de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL) como exemplos de operações de segunda geração que tiveram boa repercussão em cenário internacional. Tais missões indicavam um exponencial aumento das operações com

mandatos mais ambiciosos, caracterizados pelo envolvimento “proativo” (não apenas no “congelamento” de conflitos) (Hamann; Kenkel, 2013). Como consequência, houve o aumento de missões que objetivavam lidar com crises humanitárias e violações aos direitos humanos (Diehl, 2008).

Por outro lado, aponta Kenkel (2013), é importante destacar que a crescente disparidade entre os objetivos ambiciosos almejados pelas operações de paz da ONU e os resultados efetivamente alcançados, juntamente com as limitações e restrições enfrentadas, tanto em termos de recursos materiais quanto na capacidade de aplicar coercitivamente os mandatos militares, culminaram em três missões que enfrentaram fracassos significativos e impactantes:

Os “três grandes” fracassos da manutenção da paz na década de 1990 incluem a incapacidade da organização em prevenir ou limitar o Genocídio em Ruanda em 1994; sua falta de eficácia em alcançar um acordo político, juntamente com perdas militares relativamente pesadas, na Somália; e sua incapacidade de proteger civis e a si mesma na Bósnia, simbolizada pelo massacre de Srebrenica em 1995. Embora as missões de segunda geração continuem a ser implantadas até os dias atuais, cada uma dessas missões geraria lições que tiveram um efeito profundo especialmente nos “Princípios Sagrados” das operações de paz, levando ao surgimento de uma terceira geração de operações de paz concomitante, porém muito diferente. (Kenkel, 2013, p. 06).

Surgem assim as operações de paz de terceira geração, também conhecidas como *peace enforcement operations*, que são caracterizadas pelo aumento da permissão para o uso da força para impor os objetivos do mandato da missão, sem uma mudança significativa na natureza desse mandato em relação às tarefas de transição clássicas dos mandatos de segunda geração (Kenkel, 2013). Assim, a resposta que a ONU adotou às lições aprendidas com esses fracassos centrou-se no uso da força, fazendo com que tais missões fossem tipicamente dotadas de mandato amparado no capítulo VII da Carta da ONU (Hamann; Kenkel, 2013). O aumento da permissividade em relação ao uso da força também foi resultado direto das consequências morais de todas as três missões fracassadas, o que impulsionou uma mudança crescente no equilíbrio entre os dois componentes da soberania: não intervenção e direitos humanos. As experiências reunidas nessas missões tiveram efeitos profundos nos “princípios fundamentais” que guiam as operações de paz, como relata Kenkel (2013):

A Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM) demonstrou que a ação humanitária da ONU poderia ser necessária em estados falidos onde não havia governo para dar consentimento consistente e que o consentimento dado poderia desaparecer com o tempo; a manipulação do consentimento

pela Croácia e Bósnia para a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) a fim de ganhar tempo para rearmamento durante o embargo de armas da ONU ilustrou problemas adicionais com esse conceito. O genocídio em Ruanda revelou grandes questões relacionadas à imparcialidade e ao não uso da força: diante de assassinatos em massa flagrantemente óbvios, que foram apontados repetidamente pelo próprio comandante da força militar da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), quando a UNAMIR não foi autorizada a usar a força para tomar ações preventivas devido ao Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) insistir na natureza do mandato de Capítulo VI. A concentração de perpetradores de um lado do conflito criou um dilema moral em relação à imparcialidade, que posteriormente foi considerado inexistente em termos morais em situações de desigualdade moral flagrante entre as partes, como no caso de Ruanda. (Kenkel, 2013, p. 130).

Essa dinâmica foi bastante influenciada pelo chamado Relatório Brahimi (United Nations, 2000), o qual foi estruturado como resultado do Painel das Nações Unidas para as Operações de Paz, conduzido pelo ex-Ministro das Relações Exteriores argelino, Lakhdar Brahimi. O referido documento propôs 69 recomendações concretas em áreas como doutrina e estratégia, capacidade de implantação, planejamento e suporte, e política de informação. Na perspectiva desse influente relatório, as operações de paz da ONU devem estar preparadas para “confrontar as forças da guerra e a violência com a habilidade para derrotá-las”, pois “nenhuma quantidade de boas intenções pode substituir a habilidade fundamental de fazer uso da força de uma forma plausível”, com o intuito de garantir o sucesso das missões (United Nations, 2000, p. viii).

Diante dessa dinâmica, Gomes (2014) afirma que as operações de paz foram mais afetadas pelos debates sobre segurança humana, proteção de civis e intervenções humanitárias. Uma missão muito representativa dessa tendência foi a ação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a Iugoslávia, como forma de intervir no conflito no Kosovo, em 1999. Embora inicialmente não tenha sido implementada sob os auspícios da ONU, essa operação, emblemática de terceira geração, também serviu de base para uma operação de paz de quarta geração (Maciel, 2018).

Ainda no âmbito de utilização da força, a quarta geração de operações de paz integra uma maior autorização para o uso da força e tarefas civis mais aprofundadas, as quais têm um impacto mais incisivo na autonomia local em comparação com a segunda geração, de acordo com Kenkel (2013). Existe assim uma combinação de um alto potencial de uso da força com várias tarefas políticas intrusivas. A ONU utiliza como ferramenta em tal geração as operações de *peacebuilding*, compostas por missões robustas de construção da paz, que emergiram no cenário internacional no fim da

Guerra Fria. É nesse contexto, ainda segundo o autor, que se aplicam ações mais radicais, incluindo transições de poder. As operações de *peacebuilding* iriam compor uma administração de transição para aquele país receptor da missão, na qual a autoridade sobre um determinado território é transferida efetivamente para uma operação de paz da ONU. Todas as funções executivas, legislativas e judiciais temporariamente são assumidas pelo chefe da missão da ONU:

Até o momento, apenas duas dessas administrações foram criadas: a Missão de Administração Interina das Nações Unidas em Kosovo (UNMIK) e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). Ambas foram estabelecidas em 1999; a UNTAET foi transformada em uma missão política após a independência de Timor-Leste, e a UNMIK continua com tarefas reduzidas até o momento da escrita. Nenhuma outra administração de transição foi enviada desde então. Embora não exerça formalmente a soberania, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) possui tarefas típicas da quarta geração de operações de paz. (Kenkel, 2013, p. 133).

Nesse sentido, as operações de quarta geração estão vinculadas a processos (re)construção de Estados (*state-building*), com ênfase na ideia de multidimensionalidade dessas missões. Essas não seriam apenas uma resposta aos insucessos das operações de paz na Somália, Bósnia e Ruanda, as quais mostravam a ausência de uma coesão efetiva entre os diversos departamentos e agências da ONU, mas também eram um efeito de novas tendências no campo da assistência para o desenvolvimento, em um processo no qual inclusive as tropas em campo deveriam assumir a responsabilidade por ações no campo de infraestrutura e assistência social, por exemplo (Gomes, 2014).

Coordenar os diversos atores e suas agendas, que recorrentemente apresentam divergências, representa um dos principais desafios enfrentados nessas operações. O aumento da complexidade dos mandatos de construção da paz e das tarefas cada vez mais ambiciosas têm levado a um considerável aumento no envolvimento de diversas organizações e atores em operações abrangentes de construção da paz (Kenkel, 2013). Além das organizações regionais, como a OTAN e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), estão presentes agências especializadas das Nações Unidas, ONGs internacionais, instituições financeiras internacionais e outros participantes relevantes.

A tarefa de coordenação por parte das Nações Unidas de gerenciar uma grande multiplicidade de atores se torna cada vez mais desafiante, deixando cada vez mais

explícita uma divisão do trabalho nas operações de paz multidimensionais, “nas quais se combinam um alto potencial de uso da força com uma série de tarefas políticas intrusivas” (Maciel, 2018, p. 72). De forma coadunada a essa tendência, ascendeu uma quinta geração de operações de paz, de caráter “híbrido”, “desdobradas sob comando misto, com a ONU e várias organizações regionais assumindo cadeias separadas de comando e formas distintas de mandato” (Hamann; Kenkel, 2013, p. 12). Nas palavras de Kenkel (2013):

Há evidências empíricas, embora a literatura analítica ainda seja escassa, do surgimento de uma quinta geração de operações de paz. O que distingue esse tipo de missão é seu caráter híbrido - essas missões implantam tropas e pessoal policial sob comando misto, com as Nações Unidas e várias organizações regionais (...). Ao contrário de uma missão do Capítulo VIII e seu “empreendimento” de mandatos principalmente de imposição de paz, com alto uso de força e limitado no tempo, missões híbridas envolvem o desdobramento simultâneo de tropas da ONU e de uma organização regional. (Kenkel, 2013, p. 135).

Essas missões são um reflexo das mudanças significativas nas operações de paz globais. Essa transformação está diretamente relacionada à evolução das atitudes das potências ocidentais em relação às intervenções internacionais desde meados da década de 1990. Atentas aos fracassos das operações de paz da ONU em Ruanda, Somália e nos Bálcãs, as potências ocidentais gradualmente diminuíram sua participação em missões com capacetes azuis até o final dos anos 1990 (Kenkel, 2013).

Além disso, Kenkel (2013) ressalta que após os ataques de 11 de setembro de 2001, as potências da OTAN desviaram sua atenção para as missões no Iraque e no Afeganistão e expõe que, como resultado, houve uma mudança na composição das tropas da ONU. O Sul Global emergiu como a principal fonte de tropas para compor os capacetes azuis. Sotomayor (2014) chama a atenção para o fato de que nos primeiros anos do século XXI quase dois terços das tropas da ONU em missões de paz advinham de países do chamado “mundo em desenvolvimento”. Em consonância, Kenkel (2013) destaca que as contribuições de tropas escandinavas caíram de 25% para 5% nas tropas da ONU. Ao longo da década de 2000, mais de 40% das tropas da ONU em alguns momentos eram provenientes da Índia e de países em seu entorno. A operação de paz da ONU de quarta geração que ocorrera no Haiti, ainda segundo o autor, seria um exemplo também de missão híbrida de quinta geração, a qual era caracterizada pela utilização predominantemente de tropas do chamado Sul Global. Chamada de Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), a maioria das tropas eram

provenientes da América do Sul e o foco principal da missão era o desenvolvimento econômico e a estabilidade social. De fato, essa divisão de tarefas pareceu especialmente adequada, naquele momento, para a criação de um nicho em operações de paz para um poder emergente, como o Brasil, que estava integrando seu forte envolvimento no Haiti às suas aspirações por um maior perfil internacional (Kenkel, 2013). Diante desse cenário, nos próximos capítulos haverá o esforço por identificar o lugar da China nas operações de paz da ONU.

CAPÍTULO 2 - ASCENSÃO DA CHINA E SUA RELAÇÃO COM A ONU

2.1) Abertura política Chinesa no século XX

O século XX foi um período de intensas transições no cenário geopolítico mundial, inclusive no tange à China. Nesse período, de acordo com Pedrozo (2017), após a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, o país efetuou uma significativa ruptura em relação à sua condição anterior de subordinação às potências ocidentais. Como apontam Mitchell et. al. (2007), as relações externas chinesas agora adentravam em uma nova fase:

Com o estabelecimento da República Popular da China (RPC) em 1949, a China ingressou em uma nova fase em suas relações externas, concentrando-se nas relações não apenas com as superpotências mundiais, mas também especificamente com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (que agora eram definidos de forma mais específica de acordo com o status econômico, em oposição à definição mais cultural da era imperial da China). Distintas das relações imperiais, essas interações baseavam-se em uma ideologia consciente que promovia a igualdade entre as nações (embora algumas fossem mais iguais do que outras) e que inseriu a China profundamente nos assuntos mundiais. (Mitchell et. al., 2007, p.13).

Estabeleceu-se, assim, uma postura que pretendia cada vez mais fortalecer a soberania do país, evitando os efeitos das intervenções de caráter colonial sofridas até meados do século XX. Inicialmente, a nova liderança do regime orientou-se em direção à União Soviética, buscando estreitar laços tanto no âmbito político como econômico (Cabral, 2022). Contudo, em um curto período, começaram a surgir os primeiros desacordos entre as duas nações. Essas divergências, num primeiro momento, estiveram concentradas em questões ideológicas e estratégicas relacionadas à condução da sociedade socialista chinesa. Diferenças de interpretação e abordagem em relação aos princípios do socialismo e às políticas econômicas foram observadas, o que gerou tensões entre os governos. “Ao longo da década de 1950 as relações foram se tornando mais complexas e a desconfiança cresceu” (Pedrozo, 2017, p. 97). Também é importante destacar, como aponta Cabral (2022), que em seus primeiros anos de existência a República Popular da China manteve-se em um estado de relativo isolamento em relação a outros Estados. Esse isolamento foi amplamente influenciado pela política adotada por Mao Tsé-Tung, que priorizava a autossuficiência do país e evitava uma integração substancial no âmbito internacional. Nesse período, a RPC optou por uma abordagem cautelosa em suas relações com outras nações, buscando construir sua

própria força interna e desenvolver-se independentemente, sem se envolver em alianças ou acordos internacionais de grande relevância. Nesse sentido, Cabral (2022) ressalta que Mao acreditava que o fortalecimento interno era essencial para garantir a segurança e a estabilidade da China e, assim, as políticas econômicas e diplomáticas foram orientadas para promover o crescimento doméstico e a autossuficiência em setores-chave.

Após esse período, como discorrem Mitchell et. al. (2007), a China passou a aderir a uma “terceira via” em sua política externa. Isso se fez especificamente devido às suas relações com as duas superpotências terem assumido uma espécie de distanciamento pragmático. Essa mudança teve tanto a ver com uma abordagem prática de equilíbrio de poder quanto com aspectos ideológicos. Relata ainda o autor que a China começou a dar mais ênfase às suas relações com o mundo em desenvolvimento, passando por diferentes estágios. Na primeira fase, o país buscou fortalecer sua posição interna e contrabalançar o isolamento imposto pelos Estados Unidos. Parte de tal isolamento abrangia, inclusive, a criação da *Anti-communist Southeast Asian Treaty Organization (SEATO)*, ou Organização do Tratado do Sudeste Asiático Anticomunista, em sua vizinhança imediata. Tal criação ocorreu logo após a Guerra da Coreia. Em resposta, a China adotou uma abordagem a qual priorizava a estabilização das relações com as nações vizinhas, assinando acordos com a República Popular da Mongólia e a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), além de estabelecer laços com a Índia, Birmânia e Vietnã. Mitchell et. al. (2007) caracterizaram como se dava a abordagem diplomática chinesa da seguinte forma:

Cristalizando a nova abordagem diplomática da China, o primeiro-ministro Zhou Enlai delineou os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” em uma reunião com uma delegação indiana em 31 de dezembro de 1953, como o quadro sob o qual sua política externa seria conduzida. Os Cinco Princípios - respeito mútuo à integridade territorial e soberania, não agressão, não interferência em assuntos internos, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica - atraíram o mundo em desenvolvimento que, assim como a China, havia sentido os efeitos do colonialismo pelas potências capitalistas ocidentais. (Mitchell et. al., 2007, p. 14).

A criação dos chamados Cinco Princípios da Coexistência Pacífica representou apenas o início de uma série de teorias que moldaram a relação da China com o mundo desenvolvido ao longo da segunda metade do século XX. Essas teorias passaram por transformações à medida que as prioridades da política externa da China e seus interesses nacionais se alteravam. Como exemplo claro, tem-se que em 1963, relatam

Mitchell et. al. (2007), Mao Tsé-Tung apresentou sua teoria das “*Dual Intermediate Zones*”, ou Zonas Intermediárias Duplas, discutida pela primeira vez mais de uma década antes. Essa teoria afirmava a existência de uma vasta zona intermediária entre os Estados Unidos e a URSS. Os países dentro dessa zona intermediária, como a China, eram independentes e deveriam se unir para formar uma frente unificada contra a “América imperialista”. Tal zona intermediária seria dividida em duas partes. Uma delas era composta por países em desenvolvimento e colônias da Ásia, África e América, e a outra parte incluía Japão, Canadá, Oceania e os países capitalistas da Europa Ocidental. Basicamente, dividiu-se tais grupos de maneira que em um deles formara-se uma frente que buscava ir de encontro aos interesses americanos e no outro seriam países que, segundo a RPC, estavam sob influência negativa dos Estados Unidos. “Nessa visão de mundos interligados, os países em desenvolvimento da Ásia, América Latina e África foram colocados na vanguarda de uma justa luta contra o imperialismo. A teoria promovia a revolução proletária e a busca pela autoconfiança econômica” (Mitchell et. al., 2007, p. 15). Evidenciava-se, basicamente, a substituição do antigo discurso anticolonial da China por um discurso mais pautado em questões ideológicas. Tal postura frente às relações internacionais, inclusive, fomentou o fornecimento de assistência material aos movimentos comunistas em países do Terceiro Mundo, como relataram Mitchell et. al. (2007):

Pequim enviou armas, dinheiro, instrutores militares e ajuda econômica para auxiliar movimentos guerrilheiros em países em desenvolvimento, como Angola, Indonésia, Malásia, Moçambique, Filipinas, Rodésia (atual Zaire), Tailândia e Uganda, e lutou ativamente em prol de insurgentes comunistas no Vietnã, que receberam quase 20 bilhões de dólares em ajuda chinesa. Durante o auge radical da Revolução Cultural no final da década de 1960, a liderança chinesa deixou de se envolver com governos do Terceiro Mundo em favor de insurgentes maoístas dentro de seus próprios países. Pequim também utilizou sua máquina de propaganda bem treinada para disseminar a mensagem comunista no Sudeste Asiático, por exemplo, através de transmissões de rádio com propaganda comunista. (Mitchell et. al., 2007, p. 15).

A assistência de Pequim a grupos insurgentes comunistas teve uma consequência previsível: o deterioramento de suas relações com muitas nações do Terceiro Mundo. Em tese, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica não estavam sendo respeitados. No entanto, apontam Mitchell et. al. (2007), embora a RPC tenha sido um dos maiores doadores de produto para países em desenvolvimento entre 1953 e 1985, sua capacidade de influenciar decisivamente o desenvolvimento do Terceiro Mundo em seu favor durante a maior parte deste período, no qual ocorria a Guerra Fria, era limitada. O autor

caracteriza ainda a assistência chinesa aos movimentos insurgentes como modesta, considerando-se o referido período, e aponta quem seriam os maiores beneficiados:

Com exceção do Vietnã, o maior destinatário individual da ajuda chinesa foi o governo do Paquistão (ironicamente, em uma luta de equilíbrio de poder contra seu ex-aliado do Terceiro Mundo/Bandung, a Índia), não grupos rebeldes africanos ou latino-americanos. O esforço global da China no Terceiro Mundo foi desorganizado, refletindo o caos da liderança chinesa durante o período que antecedeu e durante a Revolução Cultural. Com o tempo, os grupos rebeldes ficaram desiludidos com seus benfeitores chineses militantes. (Mitchell et. al., 2007, p. 16).

Diante desse cenário, a China adentrava na década de 1970 com algumas questões latentes. Cabral (2022) afirma que diferenças ideológicas e políticas com a União Soviética nesse período foram acentuadas devido a questões fronteiriças. Assim, a China acabou por se afastar mais ainda do bloco comunista liderado por Moscou, situação essa que era potencializada pelas questões destoantes já apontadas com a União Soviética na década de 1950 que ainda reverberavam. Outra questão era referente às tentativas de influenciar países de terceiro mundo durante a Guerra Fria e que trouxeram o enfraquecimento de suas relações internacionais. Já se levantava nesse período questões referentes à importância de tais relações na conjuntura internacional (Cabral, 2022). Arelado a isso, a Revolução Cultural, apesar de ter levantado questões importantes sobre o isolamento chinês, deixara marcas profundas na sociedade chinesa na década anterior. Problemas fronteiriços também persistiam na época e demandavam esforços por parte da nação chinesa. Diante dessas questões, a partir de 1970 a China mudou alguns pontos relativos quanto ao seu posicionamento nas relações internacionais, como cita Cabral (2022). O autor aponta que durante os anos 1970 o país asiático passava por tais séries de acontecimentos e mudanças significativas e que tais acontecimentos influenciariam a assunção de uma nova posição no cenário internacional. Além disso, ainda segundo Cabral (2022), em meio à Guerra Fria e à crise nuclear, a China percebeu a necessidade de reavaliar sua abordagem externa e buscar maior participação nas decisões e interações no sistema internacional. Essa percepção foi impulsionada, em parte, pela crescente atuação do Terceiro Mundo nas relações internacionais. Com muitos países em desenvolvimento buscando independência política e econômica, a China viu uma oportunidade de ampliar suas relações e influência no cenário global.

Nesse contexto complexo de variados fatores, a China ingressou no último quarto do século XX com uma atitude política e econômica mais permeável às relações

internacionais. A previamente sustentada doutrina de autossuficiência, inculcada durante o período maoísta, foi gradualmente substituída por uma postura mais aberta à cooperação e ao entendimento com outras nações. Esse redirecionamento estratégico foi fundamental na consolidação do papel chinês como um ator global, destacando-se por sua predisposição para a diplomacia e a negociação. Esse período representou uma mudança fundamental no posicionamento chinês, impulsionando benefícios notórios para o país, sobretudo no âmbito econômico. O estabelecimento de laços comerciais mais estreitos com outras nações e a participação em acordos multilaterais proporcionaram oportunidades de investimento, transferência de tecnologia e acesso a mercados internacionais, catalisando o desenvolvimento econômico chinês.

2.2) Ascensão da economia chinesa

Ainda com base nessa nova ideologia de abertura, Filho (2011) aponta que Deng Xiaoping, o líder proeminente responsável pela formulação da política de abertura da China e das reformas econômicas iniciadas em 1978, apresentou uma perspectiva profundamente inovadora para a implementação gradual de mudanças na sociedade:

Deng Xiaoping, novo homem forte da China, e sua corrente política tinham uma alternativa. E desde então ela vem se impondo. Ainda em 1976 é aprovada a linha das Quatro Modernizações: da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia e das forças armadas. Em dezembro de 1978, o Comitê Central determinaria mudanças nos princípios ideológicos e na política agrícola(...). As relações com o capital internacional também registram mudanças. Desde 1980 criaram-se Zonas Econômicas Especiais as ZEE. Numa delas, em Shenzhen, já existem em operação ou instalação cerca de 400 empresas internacionais. O país está abrindo a exploração de recursos naturais no Mar da China 30 companhias (Filho, 2011, p. 02).

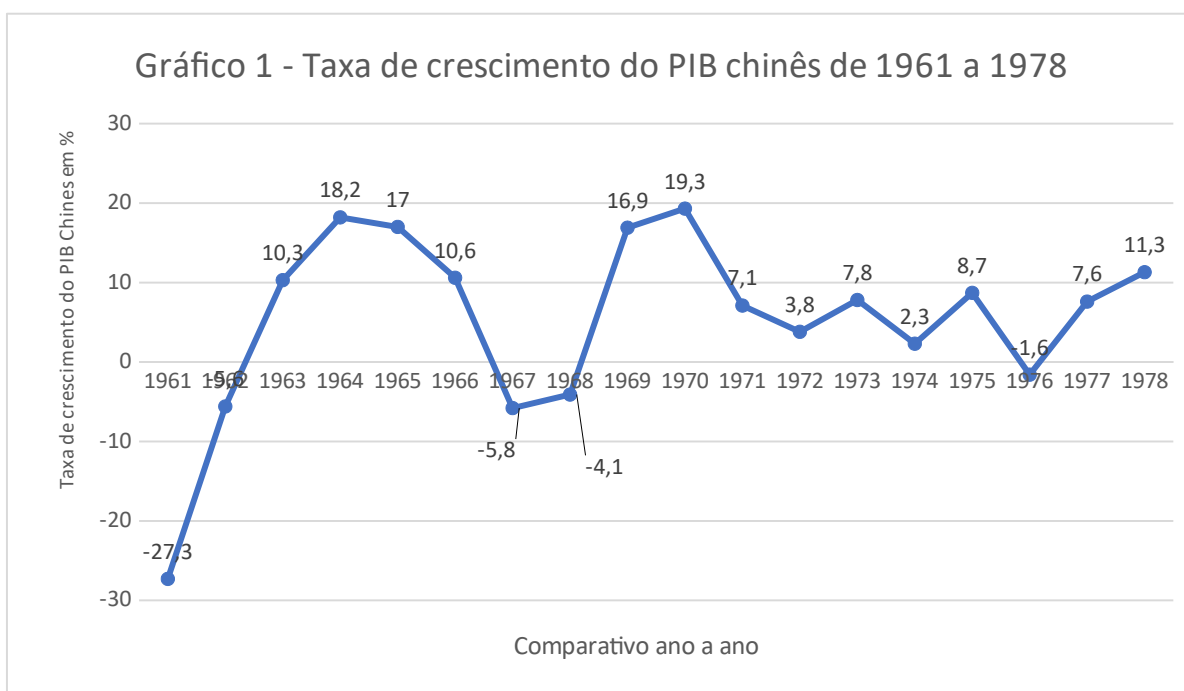
As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram criadas principalmente com o propósito de atrair investimentos diretos estrangeiros, expandir as exportações da China e acelerar a adoção de novas tecnologias, apontam Yeung et. al. (2009). O autor cita ainda que as quatro ZEEs estabelecidas em 1980 eram bastante similares, abrangendo áreas extensas com o objetivo de facilitar um desenvolvimento amplo e abrangente. Eram encorajadas a adotar políticas econômicas pragmáticas e abertas, funcionando como laboratórios para testar políticas inovadoras que, se provadas eficazes, seriam implementadas em larga escala em todo o país. O enfoque em estabelecer laços com o mundo, especialmente através da liberalização de investimentos estrangeiros e relações comerciais com países capitalistas, bem como a criação de conexões com diversas

regiões da China, constituíram a justificativa para a criação dessas zonas. Assim, ainda de acordo com Yeung et. al. (2009), com a China reabrindo-se ao comércio e investimento estrangeiro, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) tiveram um impacto quase imediato. Em 1981, as quatro zonas foram responsáveis por mais da metade de todo o investimento estrangeiro no país. Yeung et. al. (2009) relatam ainda que:

Desde o início, a combinação de políticas favoráveis e a correta combinação de fatores de produção nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) resultou em altas taxas de crescimento econômico sem precedentes na China. As condições foram particularmente favoráveis para Shenzhen, cujos líderes pioneiramente implementaram novas políticas e medidas que apoiaram um período sustentado de crescimento espetacular. Não havia escassez de recursos, tanto domésticos quanto estrangeiros, havia um suprimento quase inesgotável de mão de obra barata proveniente do interior da China, e havia uma constante busca por aumentar a produção por meio da inovação tecnológica. (Yeung et. al., 2009, p. 225).

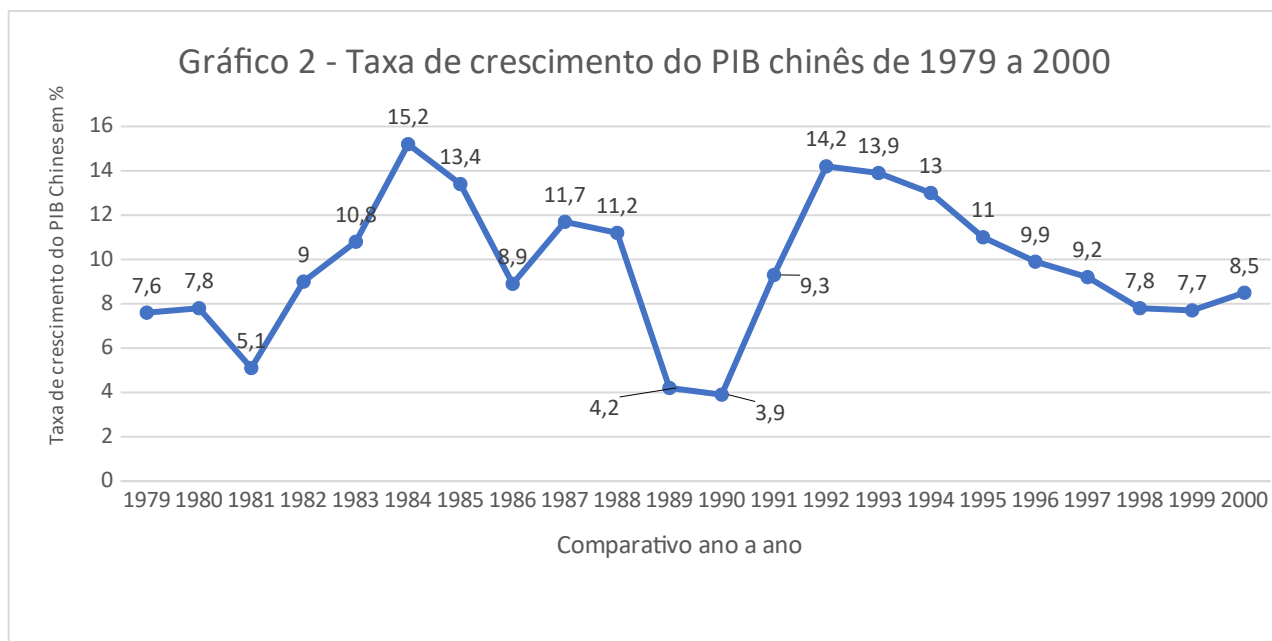
Tal período de assunção de uma nova postura Chinesa refletiu-se no cenário econômico do país. O gráfico 1 aponta, de acordo com os dados do *World Bank*, a Taxa de Crescimento do PIB chinês de 1961 a 1978, período que antecede a criação das Zonas Econômicas Especiais. Como pode-se constatar, o cenário de instabilidade política chinesa no período acarretou severas variações na taxa de crescimento do país. Ressalta-se, entretanto, que ao avaliarmos o período por inteiro, a média de crescimento do PIB chinês seria de aproximadamente 5,36%, valor considerado alto tanto para a época quanto para os dias atuais. De acordo com Lyrio (2010), a liderança do Partido Comunista Chinês implementou políticas que incentivaram a industrialização, a modernização agrícola e o investimento em infraestrutura. Isso permitiu que a China progredisse em diferentes setores econômicos, resultando em um crescimento notável ao longo desses anos. O autor relata ainda que:

Tendo em conta que a mera ascensão do PCC ao poder, em 1949, garantindo um mínimo de unidade política ao país (em contraste com o meio século anterior de guerra civil e ocupação externa), já permitiu à China alcançar um ritmo de crescimento significativo mesmo em meio aos excessos do Maoísmo, não surpreende que a relativa estabilidade política pós-Revolução Cultural tenha criado condições favoráveis para um ritmo ainda mais espetacular de crescimento. (Lyrio, 2010, p. 36).



Fonte: *World Bank*

Analisando o período posterior a criação das Zonas Economias Especiais, verifica-se um cenário de menor instabilidade e de crescimento mais arrojado. O Gráfico 2 apresenta, ainda de acordo com os dados do *World Bank*, os valores da Taxa de Crescimento do PIB chinês de 1979 a 2000.



Fonte: *World Bank*

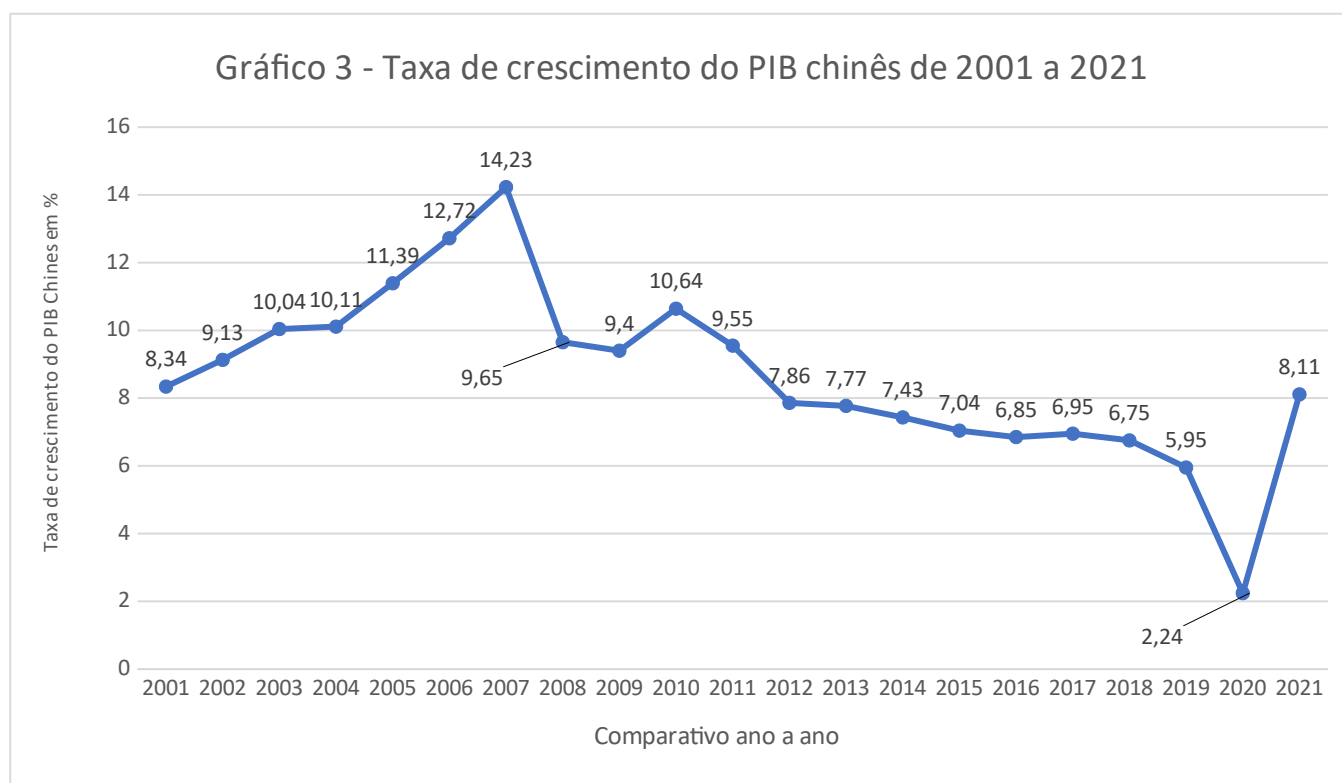
Pode-se verificar que a taxa de crescimento do PIB não apresentou nesse período resultados negativos e a média de crescimento para o período foi de 9,7%, aproximadamente o dobro do período de 1961 a 1978. Segundo Lyrio (2010), tal média de crescimento seria de aproximadamente três vezes o crescimento dos Estados Unidos no período e tal notável aceleração do crescimento chinês teria sido atribuída principalmente à combinação de dois fatores-chave. De um lado, os baixos custos de emprego de capital resultantes da vasta mão-de-obra disponível no país. Por outro lado, a existência de altas taxas de poupança interna e investimento, impulsionadas pelo ainda baixo nível de consumo da população. Essa sinergia entre os recursos humanos abundantes e a dedicação significativa à poupança e investimento tem sido considerada a principal razão por trás do notável progresso econômico da China. O autor relata ainda que:

Por mais turbulentos que tenham sido os primeiros trinta anos da Revolução Comunista na China, os reformistas do começo dos anos 1980 herdaram do período sob Mao Tsé-tung um país com uma oferta abundante de mão-de-obra de qualidade do ponto de vista educacional e de saúde pública, ao menos na comparação com outros países em desenvolvimento, o que serviu de base para a rápida decolagem da economia chinesa. (Lyrio, 2010, p. 38).

Durante a última década do século XX a política pragmática e a abertura econômica contínuas da China trouxeram benefícios políticos que permitiram a normalização das relações e o fortalecimento dos laços econômicos com diversos países, tanto do mundo em desenvolvimento quanto desenvolvido. Tal progresso na conjuntura internacional refletiu-se positivamente no século XXI no que tange a economia Chinesa. Durante o século XXI, a China expandiu suas relações econômicas adentrando oficialmente na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, antes de se tornar membro da OMC, a China passou por um profundo processo de ajuste econômico, conforme aponta Thortensen (2012). Segundo o autor, essa mudança representaria uma decisão política significativa do governo chinês, que visava reintegrar o país à economia global e utilizar o comércio como um impulsionador de desenvolvimento. A entrada na OMC foi o resultado da opção do governo em transformar seu modelo econômico, antes baseado em princípios socialistas e planejamento central, em uma economia de mercado, conhecida como economia socialista de mercado. Isso também permitiu estabilizar as relações comerciais com outras nações. Tanto no cenário de exportações como no de serviços, por exemplo, a China passou a ter papel de destaque internacional. “Na área de serviços, segundo dados

da OMC, os resultados também são expressivos para o período de 2000 a 2010. A China cresceu, passando de US\$30 bilhões para US\$170 bilhões.” (Thortensen, 2012, p. 30).

Analisando dados do *World Bank* no Gráfico 3, a média da taxa de crescimento do PIB chinês na primeira década do século XXI foi de aproximadamente 10,5%, enquanto de 2011 a 2021 foi de aproximadamente 7%. É possível constatar, assim, por meio do Gráfico 3, que até a crise financeira internacional de 2008 a China manteve um padrão de elevação da taxa de crescimento do seu PIB. Embora a partir desse momento tal taxa tenha entrado em uma tendência de declínio (culminando no período mais intenso da pandemia de covid-19), o crescimento chinês ainda é expressivo quando comparado com potencias internacionais no período.



Fonte: *World Bank*

O crescimento acentuado do PIB nesse período também refletiu em aumento nos investimentos na área militar do país. Segundo dados do SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*) os cinco maiores países em gastos militares em 2022 foram os Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Arábia Saudita, que juntos representaram 63% dos gastos militares mundiais sendo os Estados Unidos responsáveis

por 39%, e China por 13%, os dois países com maiores gastos militares em 2022 (SIPRI, 2023).

Os gastos militares chineses acentuaram-se a cada ano. No ano de 2022, a China destinou uma soma considerável de aproximadamente US\$ 292 bilhões para seus gastos militares. Esse valor representa um aumento significativo de 4,2% em comparação ao ano anterior, 2021, e um impressionante acréscimo de 63% em relação a 2013 (SIPRI, 2023). O notável é que os gastos militares da China têm mantido uma trajetória ascendente por 28 anos consecutivos, tornando-se o período mais longo de crescimento ininterrupto de despesas militares registrado por qualquer nação no Banco de Dados de Gastos Militares do SIPRI.

Vale mencionar que o crescimento de 4,2% em 2022 é considerado o segundo mais baixo registrado pela China desde 1995, evidenciando o constante investimento e priorização do setor militar no país. Já a menor taxa de crescimento no período, de apenas 2,6%, ocorreu no ano anterior, em 2021. O instituto cita ainda que as prioridades atuais de gastos militares da China estão alinhadas aos princípios estabelecidos pelo Partido Comunista em outubro de 2022. Enfatiza-se a importância de fortalecer a base industrial de armamentos do país e impulsionar o desenvolvimento de tecnologias militares emergentes, com destaque para as aplicações militares de inteligência artificial. Essa ênfase na modernização e inovação tecnológica no setor militar evidencia o compromisso da China em se manter competitiva e fortalecer suas capacidades de defesa e segurança em nível global.

Nos últimos anos, a China tem se destacado como uma das principais potências globais devido ao notável aumento do seu Produto Interno Bruto, taxas de crescimento consistentemente elevadas e o contínuo aumento dos gastos militares. Essa ascensão pode ser vista como uma tendência que pode modificar o cenário internacional, onde os Estados Unidos são vistos como a liderança global. A China tem investido vigorosamente em seu desenvolvimento econômico e fortalecimento militar, o que lhe proporcionou uma maior influência e proeminência nas relações internacionais. Essa transformação no equilíbrio de poder global tem levantado questões sobre como as dinâmicas geopolíticas podem evoluir no futuro, com a China emergindo como um ator cada vez mais significativo no cenário mundial.

Schweller (2011) cita que a ascensão chinesa como uma potência global se deu em um contexto de declínio da unipolaridade liderada pelos Estados Unidos. Ao longo dos últimos anos, a China experimentou um notável crescimento econômico e realizou

investimentos significativos em diversos setores-chave, tornando-se uma das principais economias do mundo. Essa ascensão econômica permitiu à China ampliar sua influência e se posicionar como uma importante protagonista nas relações internacionais. Além disso, a China adotou uma abordagem diplomática ativa, estabelecendo laços comerciais e parcerias estratégicas com outras nações. A China tem demonstrado um interesse crescente em desempenhar um papel mais significativo em organizações internacionais e questões globais, enfatizando sua determinação em influenciar a ordem mundial de acordo com seus interesses. Ainda segundo o autor, à medida que os Estados Unidos enfrentam desafios e incertezas em sua posição de liderança global, a China tem procurado aproveitar as oportunidades emergentes para consolidar sua influência e propor suas próprias visões sobre a ordem mundial. Nesse contexto de transição e mudança na dinâmica internacional, a China estaria buscando definir seu papel no sistema global e contribuir para a formação da nova ordem internacional, segundo Schweller (2011):

Antes de ocorrer um confronto militar ou mesmo a ameaça de tal conflito, argumentamos que o desafiante ascendente deve deslegitimar a autoridade e a ordem global do hegemom. Essa fase de deslegitimação, que ocorre anos antes do ponto crítico de transição de poder, cria as condições para o surgimento de uma coalizão revisionista contra-hegemônica. Durante essa fase, o poder revisionista expressa sua insatisfação com a ordem estabelecida e forja o propósito social que se tornará a base de sua demanda por uma nova ordem mundial. Essa fase ocorre dentro do padrão cíclico mais amplo de (1) uma ordem estável, (2) a desconcentração e deslegitimação do poder do hegemom, (3) a construção de armas e a formação de alianças, (4) uma resolução da crise internacional, muitas vezes através de uma guerra hegemônica, e (5) renovação do sistema. (Schweller, 2011, p. 44).

Entretanto, a perspectiva de que a China pretende redefinir seu papel no sistema global e contribuir para a formação da nova ordem internacional não é unanimidade entre os pesquisadores. Segundo Demeulemeester (2011), a visão teórica predominante entre os acadêmicos chineses, na área acadêmica de Ciências Sociais da China e no próprio Partido Comunista Chinês, defende que o país terá um crescimento pacífico sem provocar instabilidades no sistema. Utiliza-se então o termo “ascensão pacífica”, que se refere à ideia de que a China está emergindo como uma potência global de forma pacífica, sem recorrer a conflitos militares ou agressões diretas contra outros países. Essa perspectiva enfatiza a busca da China por uma expansão econômica, política e diplomática, visando fortalecer sua influência e proeminência no cenário internacional através de meios não violentos. De acordo com o autor, a ascensão da China acarreta

mudanças não apenas na configuração econômica e política mundial, mas também redefine o papel do país no sistema global. Essa nova posição apresenta uma variedade de desafios e oportunidades, com um foco maior nas oportunidades. A China continuará trilhando seu caminho de desenvolvimento e ascensão pacífica, o que lhe proporcionaria a possibilidade de liderar a chamada quarta revolução industrial, expandir seu *soft power* para além de suas áreas de influência atuais e reestruturar o sistema de governança global. Nesse cenário em constante transformação, a China se apresenta como um ator de destaque com influência significativa no panorama internacional.

Esse período, marcado pela adoção de uma nova abordagem por parte da China, deixou marcas profundas na esfera econômica do país. Através da implementação de políticas voltadas para a atração de investimento estrangeiro, a China experimentou um aumento impressionante no seu Produto Interno Bruto, com resultados surpreendentemente positivos que perduraram por boa parte do século XX. A entrada nos principais organismos internacionais, incluindo a sua participação ativa na Organização Mundial do Comércio, serviu como testemunho do notável progresso econômico chinês durante as três décadas finais do século XX. Nos últimos anos, a China se firmou como uma das principais potências globais, sendo que esse destaque se deve a vários fatores. O notável aumento do Produto Interno Bruto, taxas consistentemente elevadas de crescimento econômico e o contínuo aumento dos investimentos na área militar têm contribuído para posicionar a China no cenário internacional como uma força de grande relevância. A relevância que a China detém assume um papel crucial no panorama das relações internacionais. A adesão ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e o contínuo aprofundamento do seu envolvimento estão direcionando a China rumo à uma posição de incrementada influência no cenário global, solidificando o seu status como uma potência de destaque. Isso reflete não apenas a evolução da China como ator internacional, mas também sinaliza o seu papel cada vez mais significativo na condução das dinâmicas globais.

2.3) A China nas relações internacionais

No que tange às relações internacionais desde o final da década de 1970, de acordo com Mitchell et. al. (2007), a China manteve a afirmação de que suas relações internacionais eram baseadas nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, mas, na prática, passou a aplicar sua política externa considerando principalmente fatores de

desenvolvimento econômico e outras questões, sem levar em conta o sistema político ou a ideologia de outras nações. Em 1982, Deng Xiaoping estabeleceu oficialmente o compromisso da China com uma “política externa independente e pacífica”, uma declaração abrangente destinada a tranquilizar a comunidade internacional sobre a nova orientação não alinhada e pragmática de Pequim (Mitchell et. al., 2007). Assim, a RPC iniciou um processo de aproximação e abertura ao mundo exterior, com o objetivo de acabar com seu isolamento anterior e participar ativamente das discussões globais. Diplomáticamente, buscou estabelecer relações com diversos países, como os Estados Unidos, e organizações internacionais. Como exemplo, em 1980 o país tornou-se membro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Essa abordagem também envolveu o estabelecimento de acordos comerciais e cooperação em diversas áreas, fortalecendo sua posição no comércio internacional. Ainda em 1980 o Japão iniciava seu programa de Assistência ao Desenvolvimento no Exterior justamente na China, visando tanto apoiar o processo de reforma no país quanto demonstrar sinais de arrependimento pelos danos causados por Tóquio nas décadas de 1930 e 1940 (Cabral, 2022). A busca de aproximação e abertura ao mundo exterior proporcionou à China melhores relações com os países membros das Nações Unidas, como aponta Cabral (2022):

A aproximação com os Estados Unidos foi um elemento de grande importância na volta da China para o âmbito das relações internacionais. Graças a esta amizade, os Estados membros da ONU perceberam a mudança de posição dos EUA com relação à China e, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1971, votaram contra a moção de manter o assento de Taiwan na ONU. Assim, a República Popular da China ganhou o assento e Taiwan foi expulsa. A China foi aceita no Conselho de Segurança e isso auxiliou na normalização das relações da RPC com outros Estados. (Cabral, 2022, p. 100).

Durante os anos 1990, a política pragmática e a abertura econômica contínuas da China trouxeram benefícios políticos, permitindo a normalização das relações e o fortalecimento dos laços econômicos com diversos países, tanto do mundo em desenvolvimento quanto desenvolvido. De acordo com Mitchell et. al. (2007), nesse período existia a pressão por parte de Pequim nas nações em desenvolvimento por reconhecimento diplomático e pela adesão à política de "Uma China", que envolvia o não-reconhecimento da República da China em Taiwan. A China aproveitou sua crescente força e sua abordagem internacional pragmática para isolar Taiwan na comunidade internacional, especialmente quando percebeu que a ilha estava se

movendo em direção a uma postura de separação permanente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o que levou a China a buscar a unificação gradual com Taiwan ao longo do tempo. A passagem de Mitchell et. al. (2007) aponta já uma desconfiança por parte de Pequim em relação à Taiwan e aos Estados Unidos:

Durante o mesmo período, a China continuou a desconfiar das intenções dos Estados Unidos em relação à RPC (e Taiwan), temendo especificamente que os Estados Unidos buscassem dividir a China e conter o seu crescimento. Observando que o fim da Guerra Fria não levou a uma divisão de poder no mundo, mas a uma maior predominância americana, Pequim começou a promover a ideia de um mundo multipolar para proteger seus interesses e diluir o poder e a influência global dos Estados Unidos - uma postura que ressoou bem na maioria do mundo em desenvolvimento e levou a uma causa comum em organizações internacionais, como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio. (Mitchell, p. 18, 2007).

Segundo Cabral (2022, p. 100), “a entrada da China na ONU é um marco na história da diplomacia chinesa”. Com a ocorrência desse evento marcante, a República Popular da China alcançou uma maior presença e reconhecimento no cenário internacional. Isso lhe proporcionou a capacidade de apresentar reivindicações e defender seus interesses nacionais de maneira mais proeminente e ativa no âmbito global. Ainda segundo Cabral (2022), a obtenção dessa cadeira na ONU permitiu que a China se tornasse um protagonista relevante nas relações internacionais, proporcionando uma plataforma para expressar suas prioridades, objetivos e políticas, ao mesmo tempo em que buscava consolidar sua posição e influência no contexto internacional.

Para Gibson (2018, p. 02), “o desenvolvimento da participação da China em operações de manutenção da paz tem estado alinhado com seus objetivos de política externa” (Gibson, 2018, p. 02). A partir da década de 1970, a manutenção da paz e a política externa tornaram-se cada vez mais interligadas, influenciando uma à outra. Gibson (2018) afirma que a China adotou a manutenção da paz como uma ferramenta eficaz de sua política externa, ajudando a criar uma imagem de uma potência ascendente com intenções pacíficas e fortalecendo laços com outros Estados em desenvolvimento, especialmente na África, como parceiro econômico e militar. Além disso, as operações de manutenção da paz oferecem uma oportunidade para as forças armadas chinesas aprimorarem suas capacidades militares existentes.

A adoção de uma postura mais aberta e flexível em relação à economia e à política por parte da China ao longo do último quarto do século XX produziu resultados altamente favoráveis para o país, os quais ecoaram de maneira significativa ao longo do

século XXI. Como já observado, a China substancialmente expandiu suas interações econômicas, ingressando formalmente em organizações econômicas internacionais, deixando para trás sua postura anterior de isolacionismo. Dessa forma, o país empenhou-se na ampliação de suas relações comerciais em âmbito global. Simultaneamente, a China assegurou sua posição dentro da Organização das Nações Unidas, fortalecendo sua presença e influência no cenário internacional. O status da nação como potência global experimentou um aumento substancial, solidificando sua influência em escala mundial. Essas mudanças tiveram impactos duradouros, impulsionando a China para um papel de destaque no comércio internacional, diplomacia e cooperação global. Essa transição estratégica para uma postura mais aberta e envolvente estabeleceu os alicerces para o notável crescimento e influência da China no cenário mundial, consolidando-a como uma peça central nas relações internacionais do século XXI. A Organização das Nações Unidas (ONU) assume um papel de extrema significância neste contexto, servindo como uma ferramenta crucial. A ONU se apresenta como um meio viável através do qual a China pode moldar as suas relações internacionais de acordo com os seus interesses estratégicos. Através do seu engajamento ativo nos diversos âmbitos da ONU, a China é capaz de estabelecer e fortalecer a sua posição como um ator global de destaque, ampliando a sua influência em contextos multilaterais e avançando nos seus objetivos de política externa. A aderência da China aos princípios e valores fundamentais promovidos pela ONU não somente confere legitimidade e respeito às suas posições nas questões globais, mas também proporciona um meio eficaz para expressar as suas perspectivas e aspirações.

CAPÍTULO 3 - CHINA E AS OPERAÇÕES DE PAZ

Ao longo da história das Nações Unidas, a China é reconhecida como um dos membros fundadores, mas a efetiva ocupação do assento na organização pela República Popular da China (RPC) só ocorreu em 1971. De acordo com Fung e Lam (2022), antes disso, a República da China (ROC) detinha esse assento, sendo representada pelo partido Kuomintang, que tinha sede em Taiwan. A situação era delicada, pois a ROC reivindicava ser a representante legítima da China, apesar de seus líderes terem sido derrotados pelo Partido Comunista Chinês (PCC) e terem se refugiado em Taiwan após perderem a guerra civil no continente. Em contraponto, a RPC, liderada pelo PCC, reivindicava sua autoridade como governo legítimo da China e buscava ocupar o assento na ONU. Segundo os autores, essa disputa gerou um dilema diplomático durante vários anos, pois havia países que reconheciam a ROC como a legítima China e outros que apoiavam a RPC. A partir de 1950, a RPC intensificou seus esforços diplomáticos para resolver a questão do assento na ONU.

A situação era complexa, pois o governo da ROC em Taiwan ainda tinha o apoio de algumas nações importantes, enquanto a RPC conquistava aliados em outras partes do mundo, conforme aponta Fung e Lam (2022), fazendo com que o debate sobre a representação chinesa nas Nações Unidas ascendesse como um tema recorrente nas discussões internacionais. Finalmente, em 1971, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução reconhecendo a RPC como o único governo legítimo da China, concedendo-lhe o assento na organização. Esse reconhecimento significou a exclusão da ROC das atividades da ONU. Taiwan, que era a base da ROC, perdeu sua representação oficial e seu status como membro ativo das Nações Unidas. Essa mudança teve implicações significativas nas relações internacionais, redefinindo o papel da China no cenário mundial. A RPC assumiu a posição de potência mundial e expandiu seu engajamento em questões globais. Por outro lado, Taiwan teve que lidar com um isolamento diplomático cada vez maior, à medida que a maioria dos países estabeleceu laços oficiais com a RPC.

Desde então, a questão da representação chinesa nas Nações Unidas permanece como uma questão sensível, com repercussões políticas e diplomáticas em todo o mundo. A situação entre a RPC e Taiwan continua sendo uma das principais preocupações da política internacional, e a busca por uma solução pacífica e estável para essa questão ainda está em curso. Enquanto isso, a China continua a desempenhar

um papel crucial nas negociações e nas tomadas de decisões globais, moldando o curso dos eventos internacionais, especialmente no século XXI. Fung e Lam (2022) descrevem como ocorreu a transição dessa mudança de representação chinesa na ONU em meados do século XX:

A votação anual sobre a proposta de mudar a representação do assento da China da ROC para a RPC durou uma década, com as margens progredindo gradualmente a favor da RPC. A intervenção dos Estados Unidos alterou a votação do assento da China para uma "questão importante" em 1961, o que significava que era necessária uma maioria de dois terços para alterar a representação. Em outubro de 1971, dois terços da Assembleia Geral das Nações Unidas votaram a favor da Resolução 2758, que visava "restaurar todos os direitos da [China] à República Popular da China e reconhecer os representantes do seu governo como os únicos representantes legítimos da China nas Nações Unidas". A RPC assumiu o assento da China na Assembleia Geral no mês seguinte e pouco depois no Conselho de Segurança da ONU. (Fung; Lam, 2022, p. 07).

Ao longo dos primeiros trinta anos após a entrada da China nas Nações Unidas, sua atuação no Conselho de Segurança foi caracterizada por uma abordagem mais contida e discreta. A inserção da República Popular da China (RPC) na organização enfrentou desafios significativos e agitações, que exerceram influência sobre sua postura no cenário internacional. Segundo Cabral (2022), diversos fatores contribuíram para essa postura, incluindo as questões relacionadas à sua admissão na ONU e as diferenças que existiam entre a RPC e os outros membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O autor aponta ainda que a China se deparou com divergências ideológicas e políticas em relação aos outros membros permanentes do CSNU, que incluíam os Estados Unidos, a União Soviética (atualmente a Rússia), o Reino Unido e a França. Cada um desses países tinha interesses e visões estratégicas próprias, muitas vezes em conflito com os objetivos da China. Essas diferenças tornaram desafiadoras para a RPC exercer uma influência mais assertiva no Conselho de Segurança e limitaram suas ações no âmbito das resoluções e tomadas de decisões.

Além disso, Cabral (2022) aponta ainda que, durante os primeiros trinta anos de sua participação na ONU, a China também enfrentou questões internas importantes já citadas no capítulo anterior. Ressalta-se, entretanto, a consolidação de seu sistema político, a modernização da economia e a construção de uma identidade e papel distintos no cenário internacional como questões vigentes importantes. Essas prioridades nacionais muitas vezes demandavam uma atuação mais focada no desenvolvimento interno, o que, por sua vez, impactava sua presença no palco global. À

medida que a China continuou seu caminho de desenvolvimento econômico, tecnológico e político, o país passou a ter um papel cada vez mais proeminente no cenário global. Como corolário, sua atuação se diversificou, abrangendo desde a busca por soluções para conflitos regionais e globais até a promoção de agendas de desenvolvimento sustentável e cooperação internacional em diversas áreas.

Diante desse cenário, de acordo com Montenegro (2017) a atuação da China nas operações de paz pode ser dividida em fases distintas. A primeira fase seria o período abrangendo os dez primeiros anos após seu ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU). Durante esse período, a diplomacia chinesa adotou uma posição contrária à criação e à continuação de todas as operações relacionadas aos conflitos árabe-israelenses. A abstenção ou a oposição da China em relação às operações de paz relacionadas aos conflitos árabe-israelenses refletia, em parte, uma abordagem de não intervenção em assuntos considerados sensíveis por outras nações, segundo o autor. Além disso, havia também preocupações sobre o impacto potencial dessas operações na estabilidade regional e no equilíbrio de poder. A China buscava evitar ações que pudessem gerar tensões adicionais ou complicar ainda mais as negociações de paz na região. Segundo Montenegro (2017):

O comportamento chinês se expressou em três frentes: 1) não participação nas votações do Conselho de Segurança; 2) não pagamento das contribuições financeiras anuais às missões; e 3) não enviando tropas para as operações em andamento. Em termos gerais, a visão da China era de que as operações de paz representavam uma faceta do jogo protagonizado pelas grandes potências da época, constituindo apenas um pretexto para a intervenção dos Estados Unidos ou da União Soviética em assuntos de pequenos Estados. (Montenegro, 2017, p. 03).

A maneira pela qual a China se absteve de se envolver em qualquer tipo de participação internacional de caráter considerado intervencionista nesse contexto calcava-se na perspectiva do país naquele momento, a qual era um reflexo não apenas do ceticismo chinês profundo em relação às verdadeiras motivações e dinâmicas por trás dessas operações, mas também do desejo de evitar qualquer forma de envolvimento direto em conflitos internacionais. Na visão deles, as operações de paz funcionavam como peças em um tabuleiro geopolítico no qual as grandes potências da época se moviam estrategicamente. Isso era percebido como uma mera desculpa para permitir a intervenção de nações como os Estados Unidos ou a União Soviética em assuntos que envolviam países de menor influência. Assim, a China adotou uma postura clara de distanciamento em relação às atividades de manutenção da paz promovidas pela ONU.

Essa atitude não apenas emanava das raízes culturais chinesas, mas também era moldada pelo contexto geopolítico da época, fazendo com que o país optasse por priorizar sua soberania e independência, evitando ser arrastado para complexidades e alianças internacionais que poderiam comprometer sua posição e interesses nacionais.

De acordo com Montenegro (2017), somente a partir de 1981 a China entrou em sua segunda fase de participação, caracterizada por uma abordagem mais ativa e engajada. Nesse período, a China demonstrou maior comprometimento com as atividades da ONU, votando em resoluções que refletiam seus interesses e começando a cumprir suas contribuições financeiras anuais para o orçamento da organização. O autor cita ainda que esse comportamento sinalizou uma evolução significativa em sua postura em relação ao sistema multilateral, reconhecendo a importância da cooperação internacional para a promoção da paz e segurança globais. Em 1990, a China deu mais um passo significativo, enviando seu primeiro contingente de observadores para uma operação de paz da ONU, a UNTSO (*United Nations Truce Supervision Organization*), localizada no Oriente Médio. Essa decisão reforçou o compromisso da China com a estabilização de regiões conflituosas e a busca por soluções pacíficas para disputas internacionais, segundo o autor. Ao enviar observadores para a UNTSO, a China demonstrou sua disposição em contribuir ativamente para o monitoramento e a supervisão de cessar-fogo.

Montenegro (2017) afirma que essa mudança de postura da China, característica da segunda fase de sua participação nas operações de paz da ONU, foi influenciada por dois fatores significativos: um de ordem interna e outro de natureza externa. O fator doméstico refere-se às reformas liberais lideradas por Deng Xiaoping a partir do início dos anos 1970. Essas reformas, que abrangeram aspectos econômicos e políticos, tiveram o objetivo de modernizar o país, abrir a China para o mundo e fortalecer sua posição no cenário internacional. As medidas adotadas por Xiaoping, incluindo a abertura econômica, a promoção do comércio internacional e a atração de investimentos estrangeiros, proporcionaram um crescimento expressivo à economia chinesa. Isso permitiu que a China se tornasse uma potência econômica em ascensão, ampliando sua influência e sua relevância no cenário global.

O segundo fator, ainda segundo Montenegro (2017), que contribuiu para a mudança na postura da China em relação às operações de paz da ONU foi o contexto internacional mais favorável. Nesse período, muitos países começaram a reconhecer a crescente importância da China no cenário global, percebendo-a como um parceiro

estratégico e uma potência emergente. O país asiático ganhou reconhecimento pela sua capacidade de contribuir significativamente para a solução de questões internacionais complexas e pela sua crescente influência na economia mundial. Esses dois fatores consensuais apontados pelo autor teriam sido de fundamental importância para a transformação da China em um ator mais engajado e influente nas operações de paz da ONU.

Na terceira fase, houve uma mudança significativa no comportamento da China. Segundo Montenegro (2017), isso se deve à ocorrência do primeiro envio de uma contribuição de unidades militares. Essa mudança abrupta de comportamento ocorreu entre 1992 e 1993, quando o país asiático enviou tropas para a UNTAC no vizinho Camboja. O engajamento militar da China na UNTAC marcou uma virada nas operações de paz da ONU, pois a China passou a contribuir de forma mais substancial e direta com o fornecimento de tropas e recursos para missões de paz. Essa atuação representou um avanço significativo na participação do país asiático no sistema multilateral, reforçando seu compromisso com a cooperação internacional e sua disposição em enfrentar desafios globais. Entretanto esse episódio foi o único envolvendo uma contribuição militar por parte dos chineses em toda a década. A China manteve, assim, uma postura de pouca participação nas operações de paz da ONU, com contribuições modestas em termos de efetivos e visibilidade. Fung e Lam (2022) relatam tal ocasião:

Em 1992, a China votou a favor de sua primeira missão de manutenção de paz administrativa de transição no Camboja, enviando seu primeiro contingente significativo de tropas para missões da ONU, com 800 militares de engenharia atuando na missão. A China continuou a se abster em resoluções do Capítulo VII, que não requerem consentimento do país anfitrião, como em resposta ao genocídio em Ruanda e à limpeza étnica na antiga Iugoslávia, com exceção de apoiar a intervenção liderada pelos Estados Unidos e sancionada pela ONU na Somália. (Fung; Lam, 2022, p. 08).

Tal cenário de pouca participação nas operações de paz, com pequenos efetivos de pouca visibilidade, se propagou até meados dos anos 2000. Nesse mesmo período, nos últimos anos da década de 1990, ocorreu uma transformação no pensamento interno acerca da política externa devido ao crescimento robusto e à crescente importância estratégica do país, conforme apontam Valente e Albuquerque (2015). Um marco de grande relevância foi a elaboração, no ano de 1998, do conceito conhecido como "ascensão pacífica" que, mesmo enfrentando a rejeição por parte do governo chinês à

época, foi posteriormente reintroduzido no cenário público durante um Fórum ocorrido em 2003.

Ao longo dos anos subsequentes, mais precisamente até 2005, esse conceito passou por uma evolução gradual até se estabelecer firmemente como uma doutrina oficial, tendo suas orientações programáticas amplamente disseminadas. Assim, mesmo que seja vista como uma abordagem simplificada no âmbito das discussões acadêmicas na China, a doutrina da "ascensão pacífica" desempenhou um papel pioneiro ao reconhecer explicitamente a posição de destaque ocupada pela China e seu status como uma potência de relevância no contexto mundial, conforme apontam Valente e Albuquerque (2015). Ademais, essa doutrina teve a notável característica de indicar as direções e os caminhos que a imponente nação asiática estava disposta a trilhar na complexa arena das relações políticas internacionais. O cerne da doutrina residia na sua premissa fundamental de assegurar o compromisso do país com a promoção de um sistema global pacífico, construído sobre os alicerces do diálogo aberto e da negociação abrangente. Esse objetivo essencial impulsionava a nação, que inicialmente demonstrara hesitação em engajar-se de forma ativa em organizações internacionais, a desempenhar um papel cada vez mais proeminente nesse âmbito, inclusive dentro das deliberações do Conselho de Segurança.

Segundo Valente e Albuquerque (2015), a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 2001, e o conseqüente desempenho ampliado da nação no Conselho de Segurança das Nações Unidas resultaram diretamente da implementação das orientações delineadas pelos princípios fundamentais da "ascensão pacífica". Concomitantemente, esses desenvolvimentos levaram a Europa e os Estados Unidos a convocarem a China a assumir o papel de uma "potência responsável", expressando a clara sugestão de cooperação "tanto em fóruns multilaterais quanto em questões de natureza estratégica" (Autor, ano, p. X). Em contrapartida, embora a China tenha incluído e continue a incorporar em suas diretrizes a elaboração de políticas colaborativas com as potências ocidentais em diversas esferas, notavelmente no âmbito econômico, Pequim prontamente rejeitou essa chamada, enfatizando que a "ascensão pacífica" não seria interpretada como uma ascensão subserviente. O governo chinês fez várias declarações reafirmando essa postura desde o ano de 2005. Entretanto, em 2009, um artigo publicado no influente jornal *China Daily*, de um dos membros do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular, delineou com clareza a abordagem que a diplomacia chinesa estava adotando em relação ao chamado para se tornar uma potência

responsável, conforme destacam Valente e Albuquerque (2015). Simultaneamente, o artigo evidenciou a maneira como a doutrina da "ascensão pacífica" estava sendo ajustada para se adequar a um cenário internacional onde o protagonismo crescente da China estava se tornando cada vez mais notório.

De acordo com Valente e Albuquerque (2015), no mesmo artigo, fica evidente o ajuste dos princípios da "ascensão pacífica" para se alinhar a um papel ainda mais dinâmico desempenhado pelo país. Enquanto reconhece inequivocamente a relevância econômica dos Estados Unidos no contexto da governança global, o texto declina da ideia de forjar um G2 (Estados Unidos e China) e, em vez disso, abraça a noção do G20 como uma nova plataforma para deliberações econômicas globais. Em outro aspecto crucial, o artigo expressa um reconhecimento do papel "construtivo e benéfico" desempenhado pelos Estados Unidos em muitas questões relacionadas à Ásia. Contudo, ele rejeita de forma inequívoca o que é denominado como a imposição de uma "pax americana no continente", evidenciando uma postura decidida em evitar um domínio unipolar na região. Destaca-se, ainda, a explanação sobre como a China pretendia se articular com os Estados Unidos nesse período:

A receita, portanto, não era aliar-se aos Estados Unidos para o estabelecimento de uma governança global, tampouco rivalizar de forma bilateral, em uma espécie de disputa bipolar, com os norte-americanos. A opção de Pequim foi a de fortalecer o multilateralismo, agora com forte papel chinês, como instrumento de governança. Se na questão econômica o G20 e a OMC foram alguns dos instrumentos identificados pela China para isso, na questão regional asiática o Conselho de Segurança teve e ainda tem papel crucial na contenção da atuação das potências do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos. (Valente; Albuquerque, 2015, p.708).

No que tange às questões geopolíticas, nesse período a China já atribuía uma importância fundamental às Nações Unidas como um pilar para uma ordem internacional liderada pelos Estados, conforme apontam Fung e Lam (2022). No entanto, o país busca reformar a organização a partir de dentro para que suas instituições possam melhor refletir a visão do Partido Comunista Chinês de uma “comunidade de destino comum” ou um “futuro compartilhado”, como ressaltam os autores:

O conceito de “futuro compartilhado” da RPC é propositalmente vago e abrangente, uma visão destinada a destacar a superioridade do sistema autoritário chinês em relação aos sistemas democráticos. A China promove seu “futuro compartilhado” como um meio de avançar sua abordagem de governança global, aplicando o tema a assuntos culturais, de desenvolvimento, ambientais, políticos e de segurança. Por definição, o conceito promove a liderança global da China, com Pequim como o principal nó em uma rede de parcerias globais flexíveis, orientando os estados em

busca conjunta da paz e segurança internacional. Essas parcerias internacionais funcionam por meio de "diálogo, não confrontação e não aliança", para que a China possa alcançar uma "cooperação vantajosa para todos" com seus parceiros, independentemente das diferenças em tipos de regimes e persuasões ideológicas. (Fung; Lam, 2022, p. 10).

Entretanto, apesar das declarações, tal visão de “futuro compartilhado” seria, na verdade, uma abordagem pautada na hierarquia de poder, apontam Fung e Lam (2022). Mesmo quando a China enfatiza a “democratização” das relações internacionais em busca de uma ordem multipolar, ela separa os “grandes poderes” ou “países maiores” dos “países menores”, que, na prática, devem respeitar seu espaço de política externa reduzido devido a seus recursos materiais mais limitados (Fung; Lam, 2022). Os países considerados menores são incentivados a respeitar seu espaço de política externa mais limitado devido a seus recursos materiais mais escassos. Assim, embora esses países menores possam ser consultados e tenham alguma voz na política internacional, isso é condicionado a não prejudicar os interesses dos grandes poderes, incluindo a própria China.

Tal visão de “futuro compartilhado” abrange ainda questões humanitárias. A China rejeita a aceitação e a importância dos direitos humanos universais. A China promove um “excepcionalismo universal paradoxal”, no qual cada Estado segue seu próprio caminho único para a modernidade e desenvolvimento, e, portanto, a comunidade internacional deve “abraçar civilizações” de várias formas e deve acomodar diferentes “caminhos para a modernização” (Fung; Lam, 2022). Os autores afirmam, ainda, que:

Ao fazer isso, a visão da China é que os direitos humanos universais não são universais de fato, pois cada Estado pode escolher quais valores, princípios e práticas se adequam às suas condições nacionais únicas em relação aos direitos humanos. A posição explicitamente anti-liberal de Pequim contrasta com o foco das Nações Unidas na proteção dos direitos humanos - uma concepção intencionalmente liberal, centrada na pessoa, que se concentra na segurança individual e nos direitos intrínsecos. (Fung; Lam, 2022, p. 11).

Além disso, ressalta-se como nessa conjuntura o crescimento da economia chinesa desempenhou um papel central na transformação da China em um dos protagonistas globais no que tange à segurança e às operações de paz no início do século XXI. Esse crescimento econômico teve um alcance global, permitindo que a China exercesse influência em praticamente todos os cantos do mundo. A mudança de postura da China no Conselho de Segurança seria diretamente resultado de uma

importante alteração na política externa do governo de Pequim: a adoção do multilateralismo como meio de aumentar sua liderança. Foi nesse cenário mundial que um marco importante foi atingido.

Segundo Fung e Lam (2022), após os anos 2000, houve uma abrupta mudança de postura da China em relação às operações de manutenção da paz da ONU. A partir desse período, a China demonstrou uma disposição notável para apoiar operações mais robustas de manutenção da paz, mesmo em situações em que o consenso entre os países envolvidos não era facilmente alcançado. Ainda segundo o autor, essa mudança de atitude da China foi evidenciada em sua votação a favor da autorização de uma força multinacional com plenos poderes para adotar todas as medidas necessárias para restabelecer a paz e a segurança em uma determinada situação de conflito. Ao apoiar essa autorização, a China demonstrou seu compromisso com o fortalecimento da capacidade das operações de paz da ONU em responder de forma eficaz a crises e conflitos. Desde então, como relata Cabral (2022), houve uma mudança ainda mais expressiva na projeção internacional da China no que se refere a pessoal e meios, dando um salto significativo no perfil de suas contribuições para as operações de paz da ONU. O país passou a enviar equipes altamente treinadas em áreas cruciais, como logística, engenharia e medicina, fornecendo um suporte essencial para as missões em campo.

Um exemplo ilustrativo disso é o apoio da China a um mandato de transição para o Timor-Leste em um momento posterior, conforme destacado por Fung e Lam (2022). Essa posição reforçou o compromisso da China em promover a estabilidade e a paz em diferentes regiões do mundo. Assim, de acordo com Montenegro (2017), delimita-se a quarta fase da participação da China em operações de paz. Tal fase corresponde ao período de 1999 a 2012 em que, durante essa fase, observou-se uma transição abrupta no envolvimento da China nessas missões, como evidencia o autor através da passagem:

Esse comportamento se altera na quarta etapa da presente análise histórica, quando Pequim começa a demonstrar suporte às missões de *peace enforcement* e de administrações de transição no Timor-Leste. Nesta fase, a China também dá um salto no perfil das suas contribuições, enviando equipes altamente treinadas na área de logística, engenharia e medicina, todas essenciais para o suporte das missões em campo – campos de atuação menos desenvolvidos entre os Estados menos desenvolvidos que costumam contribuir ativamente junto às operações. (Montenegro, 2017, p. 04).

Desde a conquista de uma posição permanente no Conselho de Segurança da ONU, a China se destacava por adotar uma postura mais contida dentro do órgão internacional. Faz-se mister citar que, como apontam Valente e Albuquerque (2015), em comparação aos demais cinco membros, a China apresenta o maior índice de ausências nas votações e também ostenta o menor número de vetos. No que se refere à dinâmica das votações e utilização da prerrogativa do veto, segundo Valente e Albuquerque (2015, p. 695):

A prerrogativa do veto concedida a um membro permanente do Conselho é o principal instrumento de atuação que um país pode ter na atual ordem multilateral. Trata-se da capacidade do Estado de, sozinho, impedir que uma agenda seja securitizada internacionalmente, tornando-se obrigatória para todos os demais. O veto é um instrumento capaz de assegurar os interesses de uma potência em um conselho multilateral cujas decisões têm caráter obrigatório (caso único no direito internacional). Portanto, o uso deste instrumento revela também a disposição de interferência direta do membro em determinado tema, a despeito dos interesses das demais potências do Conselho.

De acordo com Valente e Albuquerque (2015), desde sua entrada como membro permanente no órgão do Conselho de Segurança das Nações Unidas até 2012, a China optou por uma abordagem de veto em um total de apenas oito instâncias, equivalente à metade dos vetos registrados pela França (16) no mesmo período de análise. Esta quantidade reflete uma proporção consideravelmente menor quando comparada aos atos de veto adotados pelo Reino Unido (29), indicando uma discrepância que se aproxima de quatro vezes mais vetos. Ainda mais notável é a diferença significativa em relação aos Estados Unidos (79) e à Rússia (99), aponta o autor, ambas as nações responsáveis por exercer vetos quase dez e doze vezes mais frequentemente, respectivamente. Entretanto, conforme destacado pelo autor, é possível observar que importantes alterações no comportamento multilateral da China começaram a surgir após o término da Guerra Fria. Essas mudanças adquiriram relevância no cenário do Conselho de Segurança mais de dez anos após essa transição histórica, sobretudo a partir do ano de 2007. Entre os anos de 1972 e 2006, a China exerceu o poder de veto em apenas três ocasiões. Segundo Valente e Albuquerque (2015), estes vetos foram casos isolados, ou seja, a China foi a única a vetar as propostas de resolução em questão:

O primeiro deles [veto] aconteceu ainda em 1972, e foi sobre a tentativa de admissão de Bangladesh como país-membro da ONU. O segundo veto ocorreu somente 25 anos depois, em 1997, em relação à proposta de aprofundamento da missão da ONU para verificação de questões de direitos humanos na Guatemala, na América Central. O terceiro veto chinês ocorreu em 1999 e teve como tema a situação, especialmente humanitária, da

Macedônia, que integrou a antiga República da Iugoslávia, na região dos Balcãs. (Valente; Albuquerque, 2015, p. 698)

Dentro dessa conjuntura, a China, que já havia mantido relações com a extinta União Soviética no passado, estabeleceu novas parcerias com a Rússia, e começou a aplicar pressões sobre nações ocidentais a partir de 2007, com os Estados Unidos à frente. Segundo Valente e Albuquerque (2015), a crescente aproximação entre China e Rússia, juntamente com a estratégia de alinhamento que ambas as nações adotaram dentro das deliberações do Conselho de Segurança, não apenas representa uma articulação substancial no contexto multilateral, mas também é um elemento integral de uma abordagem abrangente que governa as relações e alianças entre os dois países, tanto em âmbitos externos como internos à ONU. No âmbito interno, essa parceria, que ganhou mais força ao longo dos anos, tem como alicerce o fato que todos os vetos promovidos pela China no Conselho de Segurança têm sido em plena consonância com a postura russa desde 2007, demonstrando a coesão desses dois atores na arena internacional.

De acordo com Cabral (2022), a partir desse período, especificamente após o ano de 2007, a China alterou sua postura de abstenção em votações nas reuniões da ONU. Envolveu-se, assim, ativamente em questões internacionais de importância para o futuro do Sistema Internacional. Um elemento particularmente destacável foi o crescimento notável no exercício do direito de veto pela China no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa prerrogativa, previamente utilizada de maneira mais restrita por parte da China, passou a ser empregada de forma mais proeminente. Essa evolução marcou uma mudança de grande relevância na abordagem externa chinesa, proporcionando-lhe um papel substancialmente mais ativo e influente nas deliberações e direcionamentos das questões globais em discussão. Nesse sentido, a autora relata que:

Nesta perspectiva de ativismo chinês junto à sociedade internacional, encontra-se a sua participação nas operações de paz da ONU. Pode-se observar que, ao participar das iniciativas da ONU, utilizando-se de um discurso de defesa da cooperação internacional e do multilateralismo, a China integra-se ainda mais no Sistema Internacional, permitindo com que o país tenha mais influência e poder de barganha para projetar sua política externa. Deste modo, analisar a proatividade da China nas operações de paz da ONU faz-se pertinente para melhor compreender os objetivos de política externa chineses e o seu impacto no Sistema Internacional (Cabral, 2022, p. 103).

De acordo com Valente e Albuquerque (2015), merece destaque que, ao analisarmos o período de cinco anos, abrangendo de 2007 a 2012, a representação chinesa adotou uma nova abordagem ao fazer uso do poder de veto em cinco situações distintas. Ao comparar essa sequência de vetos com os meros três ocorridos nos 34 anos anteriores, emerge a sugestão de uma mudança substancial na postura da China. É relevante enfatizar que todos os cinco atos de veto foram executados em alinhamento com a Rússia e são apresentados na seguinte passagem:

O primeiro em 2007, sobre a situação política e de direitos humanos em Mianmar, fruto de um golpe de Estado naquele país. O segundo, um ano depois, em 2008, vetando uma resolução sobre o fornecimento direto ou indireto de armas para o Zimbábue, na África. Os outros três (um em 2011 e dois em 2012) tiveram como tema a guerra civil que assola a Síria. (Valente; Albuquerque, 2015, p.698).

Após um período de relações limitadas durante as décadas de 1960 e 1980, devido às posições conflitantes adotadas durante a Guerra Fria, a dinâmica entre China e Rússia experimentou uma trajetória ascendente que não só se reflete no ambiente interno de votação na ONU, conforme apontam Valente e Albuquerque (2015). Na década de 1990 diversos eventos proporcionaram um terreno mais propício para que as duas nações se comprometessem a estabelecer uma nova fase de interações. Já na década de 2000, testemunhou-se o aprofundamento dos vínculos entre ambas as nações em domínios tidos como estratégicos e vitais, tais como tecnologia, segurança e energia.

Nesse contexto, firmou-se um acordo destinado à desmilitarização das fronteiras e à criação de um pacto de confiança mútua, marcado pela premissa fundamental de evitar o uso de armas nucleares entre si. De acordo com Valente e Albuquerque (2015), no início do século XXI as boas relações entre as duas nações materializaram-se em tratados de cooperação, criando laços estreitos entre China e Rússia. A Declaração conjunta firmada por ambas as nações não apenas institui princípios compartilhados referentes à compreensão do cenário internacional no século XXI, mas também indica a colaboração coordenada entre eles visando a alteração da disposição pós-Guerra Fria e a promoção de seu próprio progresso ascendente.

Segundo Valente e Albuquerque (2015), no que tange ao Conselho de Segurança, durante uma reunião em 2005, o representante chinês enfatizou o encargo compartilhado pelos dois Estados, enquanto membros permanentes desse organismo, de salvaguardar a paz global e fomentar o avanço coletivo. Ele observou que existe uma notável congruência de perspectivas e interesses entre ambos. Por conseguinte, os dois

líderes concordaram que seria proveitoso intensificar sua colaboração estratégica, harmonizar suas posturas em relação a questões de grande importância internacional e regional, e consolidar sua cooperação nesse domínio.

Além disso, China e Rússia alargam sua colaboração coletiva à esfera da segurança regional. Em parceria com nações como Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, elas compõem a Organização para a Cooperação de Xangai (conhecida em inglês como *Shanghai Cooperation Organization*, SCO), estabelecida originalmente como um mecanismo para dirimir controvérsias de fronteira. Segundo Valente e Albuquerque (2015), a colaboração no âmbito da segurança, em uma abordagem bilateral, adquire destaque na comercialização de armamentos provenientes da nação russa à China, um dos principais receptores da indústria bélica russa. Para além do intercâmbio de artefatos bélicos, as nações também se engajam em uma sinergia voltada à partilha de saberes de caráter militar. No ano 2000, representantes do Exército Popular de Libertação chinês conduziram sessões de capacitação em território russo, focalizadas nos sistemas de defesa antimíssil. Nos anos 2002 e 2005, as Forças Armadas russas e chinesas empreenderam manobras conjuntas. Tais exemplos recentes de colaboração e estreitamento de laços em esferas de relevância estratégica evidenciam que as entidades russa e chinesa se percebem reciprocamente como protagonistas primordiais, aptas a exercerem influência no contexto internacional quando agindo de maneira conjunta.

A orientação de alinhamento com a Federação Russa constitui um vetor orientador da postura adotada pela República Popular da China no âmbito do Conselho de Segurança, bem como de sua intensificação de ativismo no referido órgão a partir de 2007. A decisão da China de exibir maior engajamento nesse fórum coaduna-se com o período de expansão abrangente de sua economia, sugerindo que o país procurou complementar seu renomado prestígio econômico com uma maior proeminência no âmbito político.

No que se refere às ocasiões em que a China não participou das votações no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, a análise do mesmo intervalo de tempo revela uma presença notavelmente inferior. Para Valente e Albuquerque (2015), essa falta de participação da China é substancialmente maior que a soma das ausências dos outros quatro membros permanentes. Entre os anos de 1972 e 2012, a China registrou um total de 66 ocasiões em que esteve ausente durante as votações. Essa cifra contrasta de maneira marcante com o número de ausências dos demais membros permanentes,

que totalizou cinco ocorrências no mesmo período. Especificamente, isso se desdobrou em uma ausência dos Estados Unidos, duas da França, uma do Reino Unido e uma da Rússia. Este panorama revelava o perfil distintivo da China no que tange à sua participação nas votações, ressaltando a diferença marcante em relação aos seus colegas membros permanentes do Conselho de Segurança.

Na quinta e atual fase, a China promoveu uma mudança explicitamente significativa no perfil de seu pessoal enviado, passando a contribuir ativamente com tropas de combate, aponta Montenegro (2017). Essa transformação representa a quebra mais importante em uma perspectiva evolutiva, que teve início com a completa indiferença. Nesse contexto, a China enviou forças de segurança para a missão da ONU no Mali, em 2013, e, pela primeira vez, obteve aprovação para o envio de um batalhão completo de infantaria no final de 2014, aponta Montenegro (2017). O destino desse batalhão foi a missão UNMISS (*United Nations Mission in South Sudan*), no Sudão do Sul, onde a China não só disponibilizou soldados como capacetes azuis, mas também forneceu drones, mísseis antitanque e veículos de guerra blindados. Essa atuação mais proativa e o fornecimento de equipamentos militares de ponta demonstrou a crescente disposição da China na atual fase em se envolver diretamente nas operações de paz da ONU, assumindo um papel mais ativo e influente no cenário internacional.

Na atual fase também consegue-se constatar o emprego mais ferrenho da ferramenta do veto por parte da China. O conflito que merece destacada menção devido à ativa utilização da premissa do veto chinês ocorreu durante o período entre 2010 e 2019 na Síria. Este embate resultou da eclosão da Guerra Civil na Síria e desempenha um papel de significativa relevância ao facultar uma compreensão mais aprofundada da postura assertiva adotada pela China dentro do âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O contínuo conflito sírio, estendendo-se ao longo da última década, ocupou uma parte substancial das deliberações no contexto das instituições das Nações Unidas, emergindo como um tópico de destaque nas discussões que caracterizam a esfera das relações internacionais, de acordo com Do Vale et. al. (2021). Neste contexto, a autora aponta ainda que a China recorreu ao seu poder de veto em seis ocasiões distintas, frustrando proposições de resolução que se debruçavam sobre a situação síria. Em todas essas instâncias, a China alinhou-se à Rússia, que, por sua vez, também exercitou seu direito de veto em seis resoluções de forma unilateral. A postura da China durante o desenrolar da Guerra Civil síria reforça sua disposição em exercer influência no âmbito das decisões internacionais, especialmente quando as matérias em questão se

alinham com seus interesses estratégicos e preocupações políticas. A coordenação com a Rússia também aponta para um alinhamento estratégico mais amplo entre essas duas potências no contexto da arena internacional. Através desses eventos, a China se destaca como um ator decisivo no palco global, capaz de moldar os resultados das discussões e deliberações do Conselho de Segurança, afirma Do Vale et. al. (2021).

Ainda de acordo com a autora, de forma análoga ao emprego prévio do poder de veto em questões relacionadas à Síria, em 2019, tanto a China quanto a Rússia optaram por exercer o veto de maneira conjunta em relação ao projeto de resolução que tratava da crise política e econômica vivenciada pela Venezuela, o qual havia sido apresentado em 2016. O teor desse documento ressaltava que o governo liderado por Nicolás Maduro havia promovido o colapso econômico da nação, além de violações dos direitos humanos mediante a autorização do emprego excessivo da força pelas forças armadas venezuelanas contra a população civil e a obstaculizarão da chegada de auxílio humanitário ao país. Além disso, afirmava que as eleições presidenciais de 2018 careciam de lisura e justiça. Como resultado, o documento conclamava à intervenção da ONU no tocante ao processo eleitoral no território venezuelano. No momento da emissão do veto, ainda de acordo com a autora, a China adotou sua característica retórica comedida e requintada, na qual fundamentou seu veto com base em um dos princípios que guiam sua atuação externa, ou seja, a não intervenção em assuntos internos de outras nações. Esse posicionamento suscitou inquietação na comunidade global e provocou críticas por parte dos demais integrantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que acusaram de maneira franca tanto a China quanto a Rússia de endossarem o regime de Nicolás Maduro. No momento em que o veto ao mencionado projeto foi exercido, a Rússia alegou que o projeto buscava justificar uma mudança no governo da Venezuela sob a fachada de proteção aos civis. As razões subjacentes a essa ação de veto remetem à posição economicamente relevante que a Venezuela ocupa na agenda externa tanto da China quanto da Rússia. Além disso, afirma Do Vale et. al. (2021), observa-se que o estreitamento das relações entre esses dois países está relacionado ao afastamento da Venezuela em relação aos Estados Unidos, resultante das tensões resultantes de boicotes políticos e sanções financeiras impostas pelos Estados Unidos desde o governo de Chávez.

No que se refere à mais recente fase da participação da China nas operações das Nações Unidas, com base nas informações mais atualizadas fornecidas pela própria organização, até o mês de julho de 2023, a República Popular da China havia

mobilizado um contingente total de 2.277 indivíduos, que estavam distribuídos em nove distintas missões sob a supervisão da ONU, como pode ser confirmado nos registros apresentados na Tabela 1. Deste contingente, faz-se mister elencar que 2.193 corresponderam a efetivos de tropas chinesas engajados em missões de paz e operações de manutenção da paz, autorizadas pela ONU, abrangendo diversas regiões do mundo. Adicionalmente, com base nos registros oficiais da ONU, é possível observar que a maior presença chinesa em missões de paz ocorre na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), situada no Sudão do Sul, onde 1.031 militares chineses foram destacados. Esta é seguida pela Missão Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), que contaram com 409 e 397 militares chineses, respectivamente (ONU, 2023).

Quando consideramos o critério da quantidade de pessoal mobilizado, a China ocupa a nona posição entre os maiores contribuintes para as missões de paz das Nações Unidas, sendo o oitavo maior fornecedor de tropas. É relevante observar que os primeiros lugares nesse ranking são ocupados por Bangladesh, Nepal e Índia, países que contribuem com contingentes substancialmente maiores em termos de pessoal envolvido nessas operações. No entanto, conforme observado por Ye e Li (2020), a China registrou um rápido aumento em suas contribuições em comparação aos outros quatro membros permanentes da ONU, ultrapassando também os países em desenvolvimento do Ocidente. Nos anos mais recentes, suas contribuições anuais até mesmo superaram a média dos países em desenvolvimento. Em resumo, quando se trata das contribuições anuais, o comportamento da China assemelha-se mais ao de potências médias em desenvolvimento do que ao de potências médias ocidentais ou dos outros membros permanentes da ONU.

Tabela 2- Quantitativo de pessoal utilizado em missões da ONU por país

Pais	Especialistas	Unidades policiais	Policiais individuais	Oficial Staff	Tropas	Total
Bangladesh	57	458	52	171	6541	7279
Nepal	45	180	60	139	5875	6299
Índia	46	140	26	135	5750	6097
Ruanda	37	1040	100	76	4690	5943
Paquistão	38	0	0	114	4185	4337
Gana	45	266	35	107	2316	2769

Indonésia	15	140	59	45	2451	2710
Senegal	1	1220	84	40	1123	2468
China	30	0	3	51	2193	2277
Egito	36	616	91	70	1296	2109

Fonte: (ONU, 2023).

No artigo de Ye e Li (2020), eles exploram as implicações da participação da China em operações de manutenção da paz das Nações Unidas para o status internacional desse país. A participação em uma operação é apenas uma das opções para um país que busca um status mais elevado no cenário internacional. No entanto, no que se refere às contribuições da China, a literatura existente não oferece uma resposta clara para essa questão, segundo os autores. Por um lado, muitos estudos veem o envolvimento ativo da China como um indicativo do seu "grande poder". A principal justificativa para isso é que a participação da China nessas operações é vista como o cumprimento de sua responsabilidade internacional e como uma maneira de construir uma imagem nacional de um país responsável. De fato, fornecer bens públicos internacionais é uma responsabilidade fundamental das grandes potências. Uma vez que as operações de manutenção da paz desempenham um papel significativo nos esforços das Nações Unidas para manter a paz e a segurança internacionais e melhorar a eficácia da organização, financiar e participar dessas operações é considerado uma responsabilidade inerente dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, apontam Ye e Li (2020).

Os autores também levantam a questão do que podemos inferir dessas comparações no uso de tropas em operações de paz da ONU e enfatizam que o modelo de comparação utilizado é baseado em evidências empíricas, considerando as operações de manutenção da paz da ONU como algo que oferece tanto bens públicos quanto bens privados. Embora tanto as grandes potências quanto as potências médias busquem benefícios privados, é importante notar que um Estado que tome decisões exclusivamente com base em interesses egoístas dificilmente pode ser considerado uma grande potência responsável, aponta Ye e Li (2020). É por isso que, ainda segundo os autores, que há tanto a literatura que argumenta que as contribuições da China para as operações de manutenção de paz da ONU são evidências de seu status como grande potência e destacam os benefícios públicos que essas operações geram, quanto aqueles que se opõem a isso e tendem a enfatizar os interesses próprios da China. Tais interesses próprios abrangeriam, primeiramente, a parte financeira:

Vários estudos argumentaram que a compensação financeira é a principal força motriz por trás do entusiasmo dos países em desenvolvimento pelas UN PKOs. Como as Nações Unidas reembolsam os países por seu pessoal a uma taxa padrão (atualmente US\$1.428 por soldado por mês), argumenta-se que os países mais pobres são motivados a contribuir com mais mantenedores da paz, sugerindo o impacto negativo do PIB per capita. (Ye; Li, 2020, p. 23).

Ye e Li (2020) chegam à conclusão de que, embora seja fato que as contribuições da China para as operações de manutenção de paz da ONU tenham aumentado rapidamente em paralelo com o notável crescimento de seus gastos econômicos e militares, as contribuições desse país asiático a essas operações não acompanhariam de forma proporcional o crescimento de sua economia e poder militar. Os autores também analisam os efeitos do grau de abertura de um Estado frente às participações de efetivo nas operações. Teoricamente, considerando as consequências adversas de conflitos militares em toda a região, e até mesmo globalmente, a atuação da ONU oferece um meio mais eficaz de servir aos interesses dos Estados à medida que suas economias também se tornam mais abertas. No entanto, no caso da China, juntamente com outras nações, parece difícil demonstrar uma grande sensibilidade em relação ao bem-estar geral proporcionado pelas operações de manutenção de paz. Por último, os autores também examinam o impacto do sistema político de um Estado. Do ponto de vista dos bens públicos, as democracias são mais propensas a contribuir com efetivos para a ONU, uma vez que suas culturas políticas estão alinhadas com as normas internacionais de paz, estabilidade e direitos humanos. Por outro lado, as operações de manutenção da paz das Nações Unidas podem melhorar a legitimidade de um regime político e reduzir o risco de um golpe militar em um Estado, o que são benefícios privados significativos e atrativos para regimes autocráticos. No entanto, os resultados apresentados por Ye e Li (2020) pintam um quadro muito mais complexo. Eles indicam que as democracias não são necessariamente as mais propensas a contribuir com um maior número de mantenedores da paz. Além disso, os efeitos aleatórios positivos observados no grupo de países em desenvolvimento sugerem que a democratização está relacionada a um maior nível de contribuições por parte desses países. Esse seria então o único aspecto em que o comportamento da China difere do comportamento do grupo de países em desenvolvimento.

Em resumo, ainda segundo os autores, o comportamento da China demonstra uma maior semelhança com as potências médias em desenvolvimento do que com outros membros permanentes do Conselho de Segurança ou potências médias

tradicionais do Ocidente. Como indicador aproximado, podemos classificar todos os países com base em sua semelhança com a China, com os três países mais semelhantes sendo Turquia, Índia e Brasil. Assim, os autores convergem no ponto de que a China, apesar de ser um membro permanente do Conselho de Segurança, age de maneira semelhante a outras potências médias em desenvolvimento.

Portanto, Ye e Li (2020) chegam à conclusão de que o aumento das contribuições da China para as operações de manutenção de paz das Nações Unidas faz parte de uma tendência mais ampla de envolvimento ativo de países em desenvolvimento. Além disso, Ye e Li (2020) sugerem que, no contexto da participação em operações de manutenção de paz das Nações Unidas, o conceito tradicionalmente empregado de "potência média" não é uniforme. Enquanto as potências médias tradicionais costumavam se referir principalmente aos países desenvolvidos do Ocidente, esse grupo agora inclui um número maior de países em desenvolvimento, com características de contribuição para as operações de manutenção de paz das Nações Unidas bastante diversas. Embora a China mereça reconhecimento por suas contribuições ativas para essas operações, o estudo não as considera como uma evidência sólida do status de grande potência da China. O envolvimento da China nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas é mais apropriadamente interpretado como um sinal de modéstia do que como prova de grandeza, segundo os autores.

Assim, J. Fung (2015) aponta em sua obra algumas das prováveis razões para a China atuar nas operações de manutenção de paz atualmente. O autor argumenta que a identidade da China desempenha um papel fundamental na explicação das decisões individuais de implantação do país. Embora fatores materiais, como a reputação, a experiência das tropas, o fortalecimento do multilateralismo e a proteção dos interesses no exterior da China, possam ser condições necessárias preliminares para a implantação desse tipo de contribuição, por si só não são suficientes para explicar o raciocínio por trás das decisões da China. A motivação da China para conduzir atividades de política externa está enraizada na sua busca por coadunar com o papel que percebe para si no cenário político global, onde a China ocupa simultaneamente a posição de grande potência e membro do Sul Global, afirma J. Fung (2015).

Em relação às questões de segurança em fóruns multilaterais, J. Fung (2015) ressalta a importância de compreender o que motiva as potências emergentes a desempenharem papéis como provedoras globais de segurança. Portanto, embora a

China se destaque como membro permanente, isso não significa que sua busca por reconhecimento de status e o uso de missões de paz para reforçar sua identidade sejam exclusivos. O artigo sugere que abordagens de negociação baseadas na reciprocidade podem não ser suficientes ao lidar com potências em ascensão assim como incorporar considerações de status e honra pode ser uma estratégia de negociação complementar.

No âmbito da política externa chinesa, J. Fung (2015) levanta a questão de como podemos compreender as circunstâncias em que a identidade pode influenciar a postura da China em organizações multilaterais. Ele também observa que, embora estudos anteriores tenham reconhecido o foco da China em sua identidade e no reconhecimento de seu status, ainda não conseguimos identificar com precisão em quais situações a China está disposta a renunciar a seu status e agir de maneira independente em relação aos grupos com os quais se alinha nas decisões de política externa no Conselho de Segurança das Nações Unidas. J. Fung (2015) também ressalta a importância de compreender as implicações dos grupos de referência no comportamento multilateral de segurança da China, especialmente no que diz respeito às ações desse país em relação à intervenção de forma mais ampla. No caso da guerra civil na Síria, a China se uniu à Rússia em quatro votos de veto, impedindo qualquer tipo de intervenção na crise, apesar dos apelos de seu grupo de referência de grandes potências e de grupos do Sul Global por ações por meio das Nações Unidas.

A atual participação da China em operações de paz representa um indicativo do seu crescente protagonismo no cenário internacional e envolve uma multiplicidade de abordagens que se fundamentam em diversas considerações. Entre esses fatores, é possível citar elementos materiais, tais como a busca por uma reputação positiva, a acumulação de experiência das tropas em contextos internacionais, o fortalecimento do multilateralismo e a proteção de interesses externos do país, os quais parecem desempenhar um papel de motivação substancial na decisão chinesa de se envolver em missões de paz pelo mundo. No entanto, é importante ressaltar que a verdadeira natureza e motivações subjacentes dessa participação podem ser complexas e não totalmente transparentes. Atualmente, a China se manifesta através do seu engajamento ativo em nove missões de paz ao redor do mundo, como consta na Tabela 2

Tabela 2- Histórico das Operações de Paz que a China está empregada atualmente

Operação	Quantidade de pessoal	Local	Início da participação	Tipo de participação de pessoal
-----------------	------------------------------	--------------	-------------------------------	--

	empregado		Chinesa	
MINURSO	11	África	1993	Fornecimento de observadores
MINUSMA	407	África	2013	Fornecimento de tropas e observadores
MONUSCO	216	África	2003	Fornecimento de tropas
UNFICYP	02	Europa	1993	Fornecimento de observadores e tropas
UNIFIL	418	Ásia	2006	Fornecimento de tropas e unidades de policia
UNISFA	152	África	2011	Fornecimento de tropas. Observadores e unidades de policia
UNITAMS	01	África	2021	Unidades policiais
UNMISS	1050	África	2005	Fornecimento de tropas. Observadores e unidades de policia
UNTSO	5	Ásia	1990	Fornecimento de observadores

Fonte: (ONU, 2023)

Por meio da tabela acima e da reflexão realizada nessa pesquisa, percebe-se como a China tem ampliado consistentemente suas contribuições em termos de envio de tropas e recursos. Esse compromisso demonstra de maneira inequívoca tanto o empenho chinês na promoção da estabilidade internacional como uma provável utilização das operações de manutenção de paz como ferramenta para garantir seus interesses, especialmente no que se refere à sua inserção internacional.

CONCLUSÃO

Inicialmente este trabalho visou elucidar a história da Organização das Nações Unidas desde sua fundação em 1945 até os dias atuais. Procurou-se expor como ela é uma narrativa complexa que oferece inúmeras camadas de compreensão, proporcionando aos leitores a oportunidade de examinar parte de suas ações em resposta às mudanças dinâmicas no cenário geopolítico global. Essa trajetória não apenas ilustraria a capacidade de adaptação da ONU, mas também demonstraria como a organização tem desempenhado um papel vital na busca por paz, cooperação e estabilidade internacional. Assim a ONU tem desempenhado um papel multifacetado em suas missões, buscando promover a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a justiça em escala global. Isso trouxe uma contínua evolução para as operações de paz, ajustando suas abordagens e métodos para lidar com as complexidades em constante mudança do mundo. A categorização das operações de paz em diferentes "gerações" demonstra como a organização teria se reinventado para se adaptar e enfrentar os desafios contemporâneos na promoção da paz e da segurança internacionais.

No segundo capítulo, visou-se elucidar de que maneira a ascensão da República Popular da China em 1949 desempenhou um papel de destaque nessa jornada de transformação no que tange os aspectos políticos, econômicos e as relações

internacionais chinesas. Assim, cita-se como a China se desvinculou do seu passado de submissão a potências ocidentais e imperialismo e passou por um período de notável mudança de perfil de atuação internacional, emergindo como uma das maiores economias globais e um ator chave nas relações internacionais. A adoção de uma postura mais aberta e flexível em relação à economia e à política por parte da China ao longo do último quarto do século XX produziu resultados altamente favoráveis para o país, os quais ecoaram de maneira significativa ao longo do século XXI. Esse crescimento influenciou diretamente a dinâmica geopolítica global e teve um impacto profundo nas atividades da ONU.

O terceiro capítulo começa por esclarecer a transformação na abordagem chinesa em relação às operações de paz, delineando a transição significativa de um estado quase total de não envolvimento para uma participação ativa no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. O comprometimento notável da China com missões de paz destaca seu empenho na busca de seus próprios interesses e na consolidação de sua crescente influência global. Busca-se também elencar como a China e a ONU representam exemplos marcantes de como eventos e mudanças no cenário internacional moldaram a evolução da organização ao longo do tempo. A singularidade do comportamento chinês, especialmente em relação às operações de paz, levanta questões intrigantes sobre seus objetivos estratégicos no palco global. Nesse capítulo expõe-se também de que maneira a China adota uma abordagem única em relação às operações de paz, que a coloca em um grupo distinto, mais alinhado com os países emergentes do "Sul Global" do que com os outros membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Busca-se também esclarecer como, na atualidade, a China se destaca notavelmente por sua participação ativa, contribuindo com um contingente considerável de pessoal em operações de paz da ONU, ocupando a nona posição entre as nações que mais fornecem tropas para essas missões. Além disso, a China está envolvida em um total de nove operações de paz em diversas regiões do mundo, destacando-se por seu compromisso global com a promoção da paz e da estabilidade internacional.

A análise do comportamento único da China em operações de paz se depara com uma lacuna notável na documentação e bibliografia disponíveis, que não oferecem uma explicação direta das motivações subjacentes a essa abordagem singular. Essa ausência de evidências claras torna o estudo da China e suas ações em missões de paz ainda mais desafiador, pois a compreensão completa de suas intenções requer uma investigação mais profunda e interpretativa. Ao examinar o comportamento da China em operações

de paz, é importante considerar que as intenções por trás desse padrão de participação podem ser multifacetadas e influenciadas por uma série de fatores complexos. Embora não haja uma resposta definitiva sobre as reais intenções da China, a análise crítica e a investigação contínua são fundamentais para fornecer possíveis razões para esse comportamento.

Atualmente, a China é reconhecida como uma superpotência, e as operações de paz, juntamente com seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, têm se revelado como excelentes ferramentas de intervenção no cenário global. Essa convergência de fatores aponta para um envolvimento chinês cada vez mais ativo em decisões e conflitos geopolíticos futuros. O aumento do perfil global da China e seu compromisso com as operações de paz sugerem que o país está disposto a desempenhar um papel mais proeminente na resolução de conflitos e na manutenção da paz internacional num futuro próximo. Isso não apenas reflete sua busca por influência e prestígio global, mas também indica uma compreensão da importância de sua participação ativa na estabilidade global. Além disso, a China tem uma oportunidade única de moldar o cenário internacional de maneira significativa, dada sua influência crescente e sua presença no Conselho de Segurança da ONU. Essa combinação de recursos e poder de decisão coloca a China em uma posição privilegiada para desempenhar um papel fundamental na resolução de crises e na promoção da paz mundial.

Portanto, o comportamento da China nas operações de paz é um indicativo de sua evolução como ator global e de sua disposição em assumir um papel mais ativo no cenário geopolítico. À medida que a China continua a crescer como uma superpotência econômica e política, seu envolvimento nas questões internacionais e na manutenção da paz é um fator importante a ser observado nas relações internacionais contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators Database. GDP growth (annual %) - China*. World Bank, julho 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart. *Understanding Peacekeeping*. 2nd ed., Malden – USA, Cambridge - UK: Polity Press; 2010.

CABRAL, Gabriele Caldas. A influência da China no sistema internacional: reinserção chinesa e operações de paz da ONU como instrumento de defesa dos interesses nacionais. *Revista O Cosmopolítico*, v. 8, n. 1, Niterói, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/54446>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DIEHL, Paul. *Peace Operations: War and Conflict in the Modern World*. Malden – USA, Cambridge - UK: Polity Press, 2008.

DO VALE, Isabella Barbosa; OLIVEIRA, Renan; MOREIRA, Helena Margarido. A atuação da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1971 a 2019. *Agenda Política*. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Vol. 9, n. 2, p. 244-275, maio-agosto, 2021. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/470>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. *Operações de Manutenção da Paz da ONU*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FILHO, Daniel Aarão Reis. China e Modernização. *Lua Nova*, v. 2, n. 2, (set. 1985) 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451985000300009>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FUNG, Courtney J.; LAM, Shing-Hon. Mixed report card: China's influence at the United Nations. *Lowy Institute*, 18 Dec. 2022. Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/publications/mixed-report-card-china-s-influence-united-nations>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. *Mudanças institucionais nas atividades relativas às Operações de Manutenção da Paz do “sistema ONU” do pós-Guerra Fria: “Adaptação” versus “Aprendizado”*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2005. 187 p.

GIBSON, Marissa. The Charm Offensive: Peacekeeping and Policy in China. *Canadian Military Journal*, Vol. 19, No. 01. Disponível em:

<<https://www.journal.forces.gc.ca/vol19/no1/eng/PDF/CMJ191Ep4.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

GOMES, Inês de Melo Silva. A proibição do recurso à força nas relações internacionais e a exceção da legítima defesa. *Revista Jurídica Portucalense, Law Journal*. Porto: Universidade Portucalense, 2019. Disponível em: <[https://doi.org/10.34625/issn.2183-5705\(25\)2019.ic-02](https://doi.org/10.34625/issn.2183-5705(25)2019.ic-02)>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GOMES, Máira Siman. *A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2014. 271 p.

HAMANN, Eduarda Passarelli; KENKEL, Kai Michael. *Subsídios para a participação de policiais brasileiros em operações de paz das Nações Unidas: funcionamento, tarefas, recrutamento e oportunidades de destaque*. Texto para Discussão 1892, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, outubro de 2013. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/11/IPEA_1892.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

J. FUNG, Courtney. What explains China’s deployment to UN peacekeeping operations? *International Relations of the Asia-Pacific*, Department of Politics and Public Administration, The University of Hong Kong, Centennial Campus, Pokfulam, Hong Kong, 2015. Disponível em: <<https://academic.oup.com/irap/article-abstract/16/3/409/2450239>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 56, n. 1, 2013, p. 122-143. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/07.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LYRIO, Mauricio Carvalho. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023

MACIEL, Tadeu M. *O papel do Brasil na “pacificação” e reconstrução do Estado haitiano através da MINUSTAH: a turva fronteira entre espaços de segurança nacionais e internacionais*. Tese de doutorado em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC – UFABC, São Bernardo do Campo/SP, 2018.

MITCHELL, Derek; EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAM, Eric. *China and the developing world: Beijing’s strategy for the twenty-first century*. Routledge: New York, 2007.

MONTENEGRO, Renan Holanda. *O que explica a participação da China em operações de paz?* Anais do 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), Montevideu, 26 a 28 de

julho de 2017. Disponível em: <
<http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjQ6IjE2NjYiO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiMGU4YTliNGNiZjY5M2M4ODhkNjQ1ZjQyYjA5NWRjZjMiO30%3D>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MAIDANA, Javier Rodrigo. As gerações das operações de paz das Nações Unidas: retratos de experiências históricas no processo de manutenção da paz internacional. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Direito Internacional - Reflexões pontuais acerca da Guerra, da Paz e da Manutenção da Paz: experiências da comunidade internacional, Florianópolis, 2011. p. 1-13. Disponível em: <<https://iuscommune.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Javier-Maidana.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

PEDROZO, Gustavo Erler. Considerações sobre a participação da China nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas. *Revista Aurora*, Marília, v. 10, n. 2, p. 95-112, Jul./Dez., 2017. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7653>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

RICHMOND, Oliver. UN Peace Operations and the Dilemmas of the Peacebuilding Consensus. *International Peacekeeping*, vol. 11, n. 1, 2004, p. 83–101. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1353331042000228403>>. Acesso em 09 mai. 2023.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. *International Security*, Vol. 36, No. 1, Summer 2011, pp. 41-72. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41289688>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOTOMAYOR, Arturo C. *The Myth of the Democratic Peacekeeper: Civil-Military Relations and the United Nations*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

THAKUR, Ramesh; SCHNABEL, Albrecht. Cascading generations of peacekeeping: Across the Mogadishu line to Kosovo and Timor. In: THAKUR, Ramesh; SCHNABEL, Albrecht (eds.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*. New York: United Nations University Press, 2002, p. 3–25.

THORSTENSEN, V; OLIVEIRA, I. T. M. *Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul*. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1361>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UNITED NATIONS. *An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*. Report of the Secretary-General, adopted by the Summit Meeting of the Security Council, A/47/277, January 1992. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

UNITED NATIONS. *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. A/55/305 – S/2000/809. August 2000. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/a_55_305_e_brahimi_report.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

UNITED NATIONS. *Peacekeeping: Troop and police contributors*. Julho de 2023. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>>. Acesso em: 27 set. 2023.

UNITED NATIONS. *60 Years of United Nations Peacekeeping*, 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/en/events/peacekeepersday/2008/60years.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

VALENTE, Leonardo; ALBUQUERQUE, Marianna. Da discrição ao ativismo: o novo papel da China no Conselho de Segurança da ONU. *Contexto Internacional*, PUC-RJ, Rio de Janeiro, vol. 37, no 2, maio/agosto 2015, p. 693-726. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/bL5cdgxnYPdgQSnXXR9ryMM/>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

YE, Min; LI, Quan. Proof of Greatness or Evidence of Modesty? A Comparative Analysis of China's Participation in UN Peacekeeping Operations. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 13, No. 1, 2020, pp. 135-162. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/13/1/135/5625102>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

YEUNG, Yue-man; LEE, Joanna; KEE, Gordon. Eurasian Geography and Economics: China's Special Economic Zones. *Eurasian Geography and Economics*, v. 50, n. 2, 2009, pp. 222–240. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2747/1539-7216.50.2.222>>. Acesso em: 21 jun. 2023.